



BOLETIM DE
CONJUNTURA
ECONÔMICA
MARANHENSE

2º TRI 2017

—

VOL. 5
Nº 2

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS



www.imesc.ma.gov.br

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Carlos Frederico Lago Burnett

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

André Luiz Lustosa de Oliveira

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DEPARTAMENTO DE CONJUNTURA ECONÔMICA E ESTUDOS SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E ESTUDOS POPULACIONAIS

Dionatan Silva Carvalho

COORDENAÇÃO

Daniele de Fátima Amorim Silva

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva

Daniele de Fátima Amorim Silva

Dionatan Silva Carvalho

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Talita de Sousa Nascimento

Humberto Victor Santos Chaves

Jainne Soares Coutinho

João Carlos Souza Marques

Marlana Portilho Rodrigues

Paulo Eduardo Robson

Rafael Thalysson Costa Silva

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Camila Carneiro

Caroline Ribeiro

Dyana Pereira

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-
IMESC.

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense. Instituto Maranhense de
Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v.5, n.2, abr./jun. – São
Luís: IMESC, 2017.

60 p.

Trimestral

1. Economia. 2. Maranhão. I. Título.

CDU: 33 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Temos a grande honra de apresentar ao público a segunda edição do Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2017, referente ao segundo trimestre do ano. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas para curto e médio prazos. A análise estrutura-se em três dimensões, tomando como base o panorama das economias internacional, nacional e, sobretudo, maranhense. O trabalho inicia com o aprofundamento do cenário da economia internacional, a partir da dinâmica das principais economias avançadas e emergentes. Na segunda parte, trata-se a conjuntura econômica nacional, através de indicadores de Nível de Atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio); Inflação; Setor Externo e Comércio Exterior; Mercado de Trabalho (formal e informal) e; Finanças Públicas. Nesta Edição, apresenta-se um Box sobre o Mercado Financeiro, intitulado 'Mercado Financeiro precifica riscos à economia no IBOV com delação da JBS'. Na parte final, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da economia maranhense. O Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado por meio de indicadores da Produção Agrícola, Sondagem Empresarial, Financiamento Imobiliário e do Volume de Vendas do Comércio. São analisadas, também, variáveis de endividamento e os principais investimentos anunciados e em andamento de iniciativa pública e privada, assim como os impactos sobre o PIB. Além dessas informações, o Boletim contém análises relacionadas aos indicadores do Comércio Exterior, de Mercado de Trabalho (formal e informal) e das Finanças Públicas Estaduais. Com uma ampla base de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- World Economic Outlook - Projeções e Estimativas de Crescimento do PIB das principais economias mundiais.....	12
Tabela 2	- Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso em fev/17 a abr/17; 1° Tri a 4°Tri de 2016 e acumulado em 12 meses	15
Tabela 3	- Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil (em %) – Fev/17 a Abr/17 e acumulado em 12 meses (em %).....	17
Tabela 4	- Balanço de Pagamentos Brasileiros, Reservas internacionais e Transações Correntes em % do PIB de 2014 a 2017* (Valores em US\$ milhões e variação em %).....	21
Tabela 5	- Cotação média anual e mensal de 2015 a 2017 e projeções para 2017 e 2018 para as principais commodities internacionais presentes na balança comercial brasileira e maranhense. Valores em US\$ (nominal).....	22
Tabela 6	- Balança Comercial Brasileira de 2010 até 2017*, Valores em FOB US\$ milhões e Var (%).....	23
Tabela 7	- Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2016 a 2017*, saldo em maio* de 2016 e de 2017 e Variação Absoluta.....	25
Tabela 8	- Resultado Primário do Governo Central*- 2016 e 2017, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões).....	27
Tabela 9	- Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA do Maranhão – 2016 e Abr/2017	30
Tabela 10	- Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (R\$ Milhões Inflac. IPCA), part. do NE e BR 2002 a 2016, taxa média de cresc. anual 2002 a 2016 (% a.a.), 2017/2016 e taxa de cresc. 2017/2016* (%).....	32
Tabela 11	- Dez maiores investimentos em andamento e previstos para o Maranhão em 2017-2018.....	36
Tabela 12	- Investimentos Públicos e Privados no Porto do Itaqui em andamento e previsto para 2017.....	37
Tabela 13	- Investimentos da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA no Estado de 2015 a 2018	39
Tabela 14	- Investimentos no Maranhão que podem ser afetados pelo cenário político do Brasil.....	40
Tabela 15	- Taxa de Crescimento real do PIB - 2017 a 2018.....	41
Tabela 16	- Balança Comercial Maranhense de 2010 até 2017*, Valores em US\$ milhões e Var. em (%).....	44
Tabela 17	- Principais Produtos presentes na Pauta de Exportações Maranhenses de 2016 a 2017* (Valores em US\$ milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.....	44
Tabela 18	- Pauta Anual das Importações maranhenses por Categoria de Uso de 2015 a 2017*, participação do total e variação (Valores em FOB US\$ milhões e Participação e Variação em %).....	45
Tabela 19	- Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2016* e 2017*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Var (%)	46

Tabela 20	- Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado* de 2016 e 2017; saldo mensal e variação absoluta.....	48
Tabela 21	- Maranhão: Geração de emprego formal de 2016 a 2017*, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta.....	49
Tabela 22	- Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no 1º quadrimestre de 2017.....	50
Tabela 23	- Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2012 a 2017 no Maranhão, em mil pessoas, Variação Absoluta, Taxa de crescimento e participação (%).....	53
Tabela 24	- Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2014 a 2017*- MA e BR.....	53
Tabela 25	- Receitas do Estado do Maranhão de 2016*, 2017* e acumulado do ano de 2016 e 2017 encerrados em abril (Valores Constantes em R\$ Milhão).....	55
Tabela 26	- Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica: valores em R\$ milhões, Part. %, crescimento e variação absoluta – 2016* e 2017*.....	56
Tabela 27	- Despesas por Grupos de Natureza a Valores Constantes (R\$ Mi) e Cresc. (%) – 2016*, 2017* e acumulado de 2016 e 2017 encerrados em abril.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Desempenho do PIB trimestral pela Ótica da oferta e da demanda no 4ºtri/16 e 1ºtri/17.....	13
Gráfico 2	- Evolução do Índice de Confiança do Empresário Industrial, entre fev/10 e fev/17..	16
Gráfico 3	- Evolução no IPCA, preços livres e monitorados acumulado de 12 meses entre mai/07 e mai/17 – em %	18
Gráfico 4	- Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre Ago/17 e Mai/21 em %. (maio e junho de 2017).....	19
Gráfico 5	- Brasil: Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões) e Taxa de desocupação (%), por trimestres móveis, de fevereiro de 2013 a abril de 2017	24
Gráfico 6	- Resultado Setor Público Consolidado em % do PIB - 2002 a 2017.....	28
Gráfico 7	- Dívidas Bruta e Líquida do Governo Central - em % do PIB – abr/02 a abr/17	28
Gráfico 8	- Candles diários de oscilação dos pontos do Índice Bovespa de 02/jun/2016 até 31/mai/2017	29
Gráfico 9	- Índice de Confiança do Empresário Industrial entre Mai/10 a Mai/17.....	31
Gráfico 10	- Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão – Cresc. 12 meses (em %) – Abril/04 a Abril/17	33
Gráfico 11	- Percentual de Famílias Endividadadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) – Jun/13 a Jun/17 - São Luís.....	34
Gráfico 12	- Investimentos Públicos em andamento no Maranhão por segmento (R\$ milhões).....	38
Gráfico 13	- Movimentação Portuária do Complexo São Luís, Volume Movimentação (esquerda) em milhões/toneladas e Corrente Comercial (direita) em US\$ milhões	43
Gráfico 14	- Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2017, (em %)	52
Gráfico 15	- Rendimento Médio Real (Em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): Brasil e Maranhão - 1º tri/2012 a 1º tri/2017, inflacionados pelo IPCA a preços de fev/17	54
Gráfico 16	- Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - Maranhão e limites pela LRF - 3º Quadri/06 ao 1º Quadri/17	59
Gráfico 17	- Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - Maranhão e limites pela LRF - 3º Quadri/06 ao 1º Quadri/17	59
Gráfico 18	- Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - UFs - 1º Quadri/16 ao 1º Quadri/17	60

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
bbi	Barris
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DETRAN-MA	Departamento de Trânsito do Maranhão
DCL	Despesa Corrente Líquida
DTP	Despesa Total com Pessoal
DI	Depósitos Interbancários
US\$	Dólar Estado Unidense
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IMF/FMI	Fundo Monetário Internacional
GCEA	Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IDH/HDI	Índice de Desenvolvimento humano
IPCA/CPI	Índice de Preços do Consumidor Amplo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
mmbtu	Milhões de Unidades Térmicas Britânicas
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
WEO	Panorama da Economia mundial
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PIB/GDP	Produto Interno Bruto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
kg	Quilogramas
RS\$	Real Brasileiro
RCL	Receita Corrente Líquida
F.O.B.	Riscos e custos de transporte são de responsabilidade do comprador
SEINC	Secretaria da Indústria e Comércio
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEGEP	Secretaria de Estado da Gestão e Previdência
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
mt	Toneladas
dmt	Toneladas Secas

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1 CENÁRIO INTERNACIONAL	10
2 CENÁRIO NACIONAL	12
2.1 Nível de Atividades	12
2.1.1 Produto Interno Bruto	12
2.1.2 Produção Industrial	14
2.1.3 Comércio	16
2.1.4 Inflação	18
2.2 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	20
2.2.1 Balanço de Pagamentos	20
2.2.2 Commodities	21
2.2.3 Balança Comercial	23
2.3 Mercado de Trabalho	24
2.4 Finanças Públicas	26
3 CENÁRIO ESTADUAL	30
3.1 Nível de Atividades	30
3.1.1 Produção Agrícola	30
3.1.2 Índice de Confiança do Empresário Industrial	31
3.1.3 Financiamento Imobiliário	32
3.1.4 Comércio	33
3.1.5 Endividamento	34
3.1.6 Investimentos	35
3.1.7 Produto Interno Bruto	40
3.2 Comércio Exterior e Movimentação Portuária	42
3.2.1 Movimentação Portuária	42
3.2.2 Comércio Exterior	43
3.3 Mercado de Trabalho	47
3.3.1 Municipal	50
3.4 Finanças Públicas	55

SUMÁRIO EXECUTIVO

Por Felipe de Holanda

A divulgação, no dia 17 de maio recente, de trechos da delação premiada de Joesley Batista, controlador do grupo JBS, constituem o que alguns dos analistas de mercado chamam de “Cisne Negro”, um evento raro, de grande impacto sobre os negócios e que altera de forma radical a percepção e as previsões acerca do ambiente econômico. A implicação direta, nas investigações da Operação Lava Jato, do presidente Michel Temer e de alguns de seus mais destacados colaboradores, assim como do senador e presidente do PSDB, afastado, Aécio Neves, atingiram fortemente o comando dos dois grandes partidos que sustentam o atual governo - o PMDB e o PSDB.

A evidente perda de capacidade de aglutinação do Governo no Congresso Nacional, coloca em xeque a capacidade de conduzir reformas que sinalizem a ancoragem da situação fiscal. Este fato vem alimentando a deterioração das expectativas empresariais, tendo como consequência o adiamento, o retardamento ou abandono de vários projetos de investimentos programados. Somando-se a isto, observa-se também forte restrição na concessão de crédito pelas instituições financeiras, que amplia a contração dos investimentos. As estimativas recentes acerca do montante de investimento agregado no Brasil, apontam, para um nível surpreendentemente baixo, de 15,5% do Produto Interno Bruto (em contraste com as leituras entre 18 e 21% registradas na última década), um montante incapaz de cobrir a depreciação da infraestrutura brasileira.

Alguns analistas apontam os confortáveis indicadores externos (superávit comercial recorde, forte ingresso de investimento direto, reservas confortáveis, todos favorecendo uma baixa volatilidade cambial), a taxa de inflação em queda (tendo registrado 3,5% no acumulado de 12 meses encerrados em maio) e os sucessivos cortes na taxa básica de juros (Over-Selic, que poderá passar de 14,25% a.a. no final do setembro de 2016 para prováveis 9,5% ao final de julho), como indicadores de que a economia caminha para a recuperação das atividades, em uma espécie de blindagem em relação a crise político-institucional.

Outro indicador que dá suporte a visão de que continuamos seguindo para a retomada foram as contratações líquidas de emprego formal na indústria de transformação em maio. Na verdade, este conjunto de indicadores favoráveis foi produzido principalmente pela brutal contração da demanda doméstica e pelo cenário externo favorável, e não pela retomada da confiança e dos investimentos.

Quando se observa a taxa de juros real ex-ante (precificada a partir da taxa de juros, descontada a inflação, inscritas nos papéis de grande liquidez com um ano de vencimento), percebemos que a taxa de juros real, em contexto de deterioração das expectativas e aumento dos prêmios de risco, vem se elevando, com inevitável impacto sobre as atividades. Ou seja, o Cisne Negro fez o país abortar o ensaio de recuperação e deverá retomar uma trajetória recessiva, com novas rodadas de elevação das taxas de desocupação. Em algum momento (muito próximo), não há dúvidas de que a volta do cenário recessivo retroalimentará a crise político-institucional.

No caso da economia maranhense, foram realizados testes de *stress*, no sentido de antecipar os piores impactos possíveis advindos da provável retomada da trajetória recessiva, que deverá levar a uma nova queda do PIB em 2017, embora de proporções modestas (-0,5%). Este cenário de *stress* prevê frustração de receitas advindas das transferências federais, da ordem de R\$ 1,0 bilhão para o Governo do Estado em 2017 e 2018 (no plano municipal deverá haver frustração de receitas de montante semelhante). Também há risco de que obras federais em andamento no Estado, a exemplo da duplicação da BR 135 (R\$ 354,6 milhões), e obras nas BR 226 e 316 (R\$ 88,5 milhões), sofram atrasos e descontinuidades. Outro *front* que deve ser afetado é o canal da concessão de financiamentos imobiliários, que ultrapassaram o patamar de R\$ 1 bilhão em 2014 e registrou, no primeiro quadrimestre do ano, a cifra de apenas R\$ 109 milhões.

Há também sinais de que grandes projetos de investimentos, em estágio de estudos técnicos, negociações de contrapartidas e licenciamentos, possam ter a fase de implantação adiada. Este é o caso da Refinaria Petroquímica e Porto do Mearim (R\$ 17 bilhões), Siderúrgica Chinesa em Bacabeira (R\$ 9,5 bilhões), além do empreendimento do Terminal Portuário Multimodal Privado no Cajueiro (R\$ 3,4 bilhões).

É importante frisar, entretanto, que, em contraste com o que se observa na maioria dos demais estados da federação, há um conjunto de investimentos públicos no Estado do Maranhão, que deverão continuar em andamento e que vem exercendo um papel contracíclico nesta difícil conjuntura. Tais investimentos, financiados com recursos do Tesouro Estadual e de operação de empréstimo com o BNDES, somam \$ 1,83 bilhão, distribuídos entre os segmentos de infraestrutura, educação, saúde, segurança, saneamento e assistência social. Há investimentos privados, também, que não deverão sofrer com o aprofundamento da crise político-institucional, seja porque estão em fase de conclusão (a exemplo do Projeto S11D, da duplicação da ferrovia da Vale), seja porque são beneficiários de demanda externa firme e da desvalorização cambial recente. Este é o caso dos investimentos públicos e privados no Porto de Itaqui (R\$ 1,7 bilhão), da reabertura da unidade de pelotização da Vale e do projeto de produção de Lenços e papéis da Suzano Papel e Celulose.

O mercado de trabalho formal maranhense registrou 768 contratações líquidas em maio recente, melhor resultado para o mês desde 2012. No acumulado do ano até maio, o fechamento líquido de vagas de emprego formal reduziu-se a 6 mil, em comparação com 13,1 mil demissões, no mesmo período de 2016. Destacaram-se positivamente as atividades sucro-alcooleiras (agricultura e indústria), as obras de infraestrutura e a geração de vagas na administração pública, enquanto que o subsetor comércio, pressionado pela redução da massa salarial e elevado endividamento dos consumidores, continua demitindo fortemente no Estado.

Trata-se de um cenário difícil, que exige grande cautela, para evitar desequilíbrios fiscais que possam ameaçar a continuidade dos esforços de investimento e até mesmo o pagamento da folha salarial e dos fornecedores. Mas também, um momento favorável para se construir as bases para o próximo ciclo de crescimento, tarefa que pressupõe a capacidade de planejar territorialmente, em longo prazo, com destaque para a matriz de responsabilidades do Governo do Estado (principalmente no que diz respeito à infraestrutura) e também para a exploração das fontes de financiamento públicos e privados não aproveitadas em governos anteriores, a exemplo, dos fundos constitucionais, das instituições multilaterais, dos fundos verdes e dos bancos de fomento dos países dos parceiros investidores no Estado.

1 CENÁRIO INTERNACIONAL

Crescimento econômico, guerra e terrorismo

Com a divulgação dos resultados das perspectivas de crescimento das principais economias mundiais, no primeiro trimestre, o ano de 2017 segue em ritmo expansivo, com crescimento na maioria das economias avançadas e recuperação ou resiliência das emergentes. Contudo, tensões geopolíticas no período recente trazem crescentes ameaças ao cenário de crescimento. Nesse sentido, destaca-se a escalada de tensões no Oriente Médio e no extremo Leste Asiático, com possibilidades concretas de acirramento de conflitos armados de pequena e média intensidade.

Outras preocupações relacionam-se a possibilidade de novos ataques terroristas na Europa após o ocorrido na Arena de Manchester na Inglaterra em 22 de maio de 2017, que deixou 23 mortos e 60 feridos. O Estado Islâmico, maior grupo terrorista atuante em solo europeu, declarou ser autor do atentado. O inédito ataque terrorista realizado na capital do Irã (Teerã) deverá levar o conflito inter-árabe aos novos e perigosos patamares.

Estados Unidos

- O crescimento econômico dos EUA vem acompanhado de ressurgência da inflação, conseqüentemente, de elevação das taxas de juros para mantê-la dentro da meta, de aproximadamente 2% a.a.
- A elevação das taxas de juros dos Estados Unidos ameaça os fluxos de investimento direto nos países emergentes, sobretudo, na Rússia, México e agora, ainda mais o Brasil, onde o nível de incerteza cresceu.
- No *front* político, o presidente Trump vem perdendo apoio no Congresso, inclusive entre lideranças do Partido Republicano, assim como do eleitorado. O movimento anti-trump vem ascendendo no país devido à sucessão de movimentos erráticos. Uma pergunta relevante é se um possível impedimento do presidente Trump colocaria em risco a atual política fiscal expansionista nos EUA.

Europa

- Na União Europeia, a vitória do presidente Macron, na França, reduziu as ameaças dos "exits" à estabilidade do bloco econômico, mas não resolve os problemas de fundo daquela união de desiguais, que partilham uma mesma moeda, mas financiam dívidas públicas com custos assimétricos. Não obstante este fato, a maioria dos países vem registrando crescimento no fim do primeiro trimestre, sobretudo, nos países do centro e ao leste da Europa.

- No primeiro quartil do ano, a Zona do Euro cresceu 0,5%, com destaque para a Alemanha (+1,7%), França (+1,3) e Espanha (+3,0). Portugal (+1,0%) registrou crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior e a Grécia (-0,1%) reduziu o ritmo da desaceleração da economia.
- No Reino Unido, a economia registrou arrefecimento, as famílias foram prejudicadas pelo congelamento dos benefícios para pessoas em idade ativa e pelos salários não completamente corrigidos frente ao aumento da inflação. As exportações da região, apesar da desvalorização da libra, diminuíram em relação ao primeiro trimestre do ano passado devido à incapacidade das empresas em se capitalizar. No lado positivo, o mercado de trabalho e a indústria manufatureira continuam otimistas com as mudanças no setor externo, que deve apresentar reversões positivas com o ganho de competitividade via câmbio.

Ásia

- Na China, o crescimento continua robusto, mostrando sinais de resiliência e as questões centrais para o país giram em torno do acordo comercial com os Estados Unidos, que prevê a melhora do saldo da balança comercial norte americana e a necessidade de respostas às acusações de *dumping* do presidente Trump.
- Em documento oficial do Ministério do Comércio, os chineses propuseram incentivar as importações de *commodities* dos Estados Unidos, sobretudo, carne, soja e algodão; e manufaturados avançados, como aviões, circuitos integrados, máquinas-ferramentas; e também anunciou aumentar a compra de filmes americanos e reforçar cooperação em infraestrutura.
- Carne, soja e aeronaves, atualmente são alguns dos principais produtos exportados pelo Brasil e podem ser impactados por esse acordo, tendo em vista a presença da China na compra desses produtos.
- Em 2016, somente de soja, exceto para semeadura, a China importou 19 bilhões de toneladas (US\$ 7,4 bilhões) do Brasil; de carnes bovinas 64 milhões/ton (US\$ 271,6 milhões), de pedaços de galos e galinhas 131,4 milhões/ton (US\$ 247,6 milhões), de suínos 38,7 milhões/ton (US\$ 18,1 bilhões); e 3 aviões/veículos aéreos no montante de US\$ 98,3 milhões.
- No Japão, houve crescimento no primeiro trimestre de 2017, em função da expansão nas exportações, no consumo das famílias e na produção industrial. Contudo, a valorização do *yen* e a demanda global aquecida vêm impactando os ganhos salariais e diluindo a inflação no país.
- Os nipônicos também estão envolvidos no conflito com a Coreia do Norte e devem reformular sua atuação pacífica, buscando elevar os investimentos em forças de autodefesa da nação.

Ainda não considerando as mudanças na atual conjuntura, as perspectivas reunidas no *World Economic Outlook* de abril apontaram crescimento da economia mundial na ordem de 3,5% em 2017 e 3,6% em 2018 (**Tabela 1**). Para o ano corrente, a revisão positiva ocorreu em função da expectativa de maior crescimento na Zona do Euro, Japão e no Reino Unido. O melhor crescimento da economia, em relação ao ano anterior, deriva das expectativas positivas para o crescimento da atividade econômica nos Estados Unidos, Japão e Reino Unido, além da manutenção das taxas elevadas na China e Índia e da esperada recuperação econômica do Brasil e Rússia, que, no caso brasileiro não deve se concretizar.

Tabela 1 - World Economic Outlook - Projeções e Estimativas de Crescimento do PIB das principais economias mundiais

Países e Regiões Selecionados	Ano a ano (%)						
	Anos (estimativas)			Projeções Abril/2017		Diferença de Janeiro/2017	
	2014	2015	2016	2017	2018	2017	2018
PIB Mundial	3,4	3,2	3,1	3,5	3,6	0,1	0,0
Economias avançadas	1,9	2,1	1,7	2,0	2,0	0,1	0,0
Estados Unidos	2,4	2,6	1,6	2,3	2,5	0,0	0,0
Zona do Euro	0,9	2,0	1,7	1,7	1,6	0,1	0,0
Alemanha	1,6	1,5	1,8	1,6	1,5	0,1	0,0
França	0,6	1,3	1,2	1,4	1,6	0,1	0,0
Itália	-0,3	0,7	0,9	0,8	0,8	0,1	0,0
Espanha	1,4	3,2	3,2	2,6	2,1	0,3	0,0
Japão	0,0	1,2	1,0	1,2	0,6	0,4	0,1
Reino Unido	3,1	2,2	1,8	2,0	1,5	0,5	0,1
Canada	2,5	0,9	1,4	1,9	2,0	0,0	0,0
Economias emergentes	4,6	4,1	4,1	4,5	4,8	0,0	0,0
Rússia	0,7	-3,7	-0,2	1,4	1,4	0,3	0,2
China	7,3	6,9	6,7	6,6	6,2	0,1	0,2
Índia	7,2	7,6	6,8	7,2	7,7	0,0	0,0
América Latina e Caribe	1,3	0,1	-1,0	1,1	2,0	-0,1	-0,1
Brasil	0,1	-3,8	-3,6	0,2	1,7	0,0	0,2
México	2,2	2,6	2,3	1,7	2,0	0,0	0,0

Fonte: IMF/FMI

Nos Estados Unidos, a expectativa positiva adveio de melhores preços do petróleo em função do "acordo" com a OPEP e da política expansionista do governo de Donald Trump, que prevê elevados gastos em infraestrutura e cortes de impostos sobre rendimentos das maiores corporações e dos indivíduos mais ricos. Contudo, a permanência do atual presidente vem sendo discutida devido sua impopularidade e escândalos, sobretudo, relacionados a contatos com Rússia, aos bombardeios em países árabes, a corrida bélica contra a Coreia do Norte e hostilidades com a China.

2 CENÁRIO NACIONAL

2.1 Nível de Atividades

2.1.1 Produto Interno Bruto

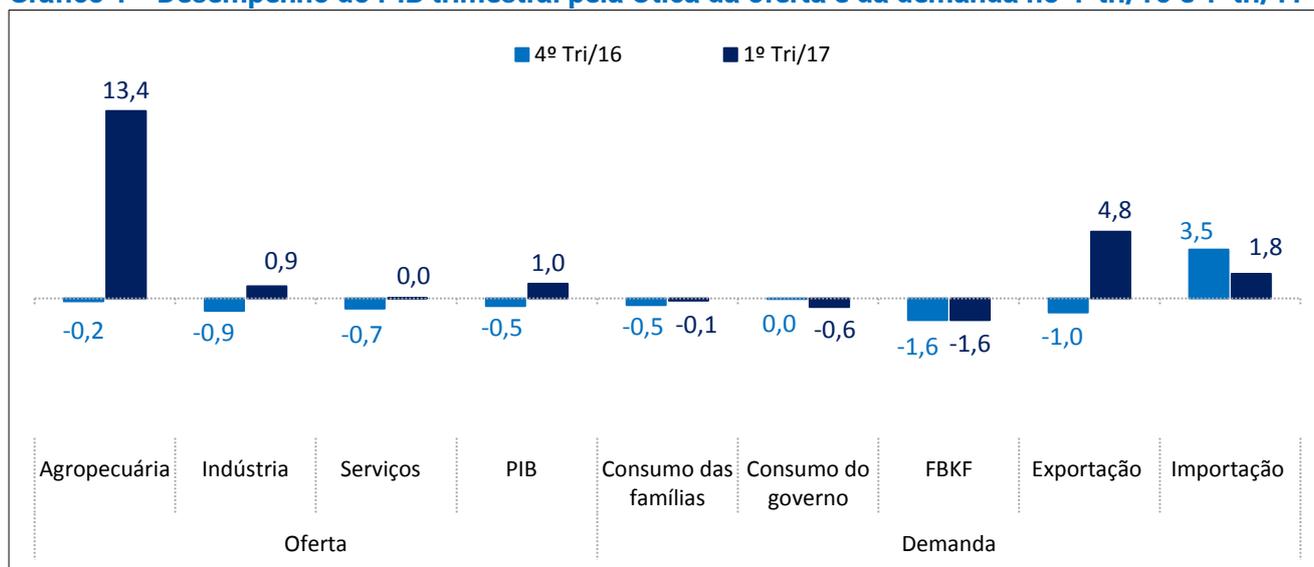
No primeiro trimestre, o avanço do PIB brasileiro indica, realmente, a saída da recessão iniciada em 2014?

Segundo os dados das Contas Trimestrais do IBGE, o Produto Interno Bruto brasileiro registrou crescimento de 1,0% no primeiro trimestre de 2017 contra o trimestre anterior (dados com ajustes sazonais). Trata-se do primeiro resultado positivo da série em nove trimestres consecutivos. O resultado veio um pouco acima das expectativas de mercado (0,9%), mas a composição do crescimento expõe eventos que perderão intensidade nos próximos meses, colocando-o em trajetória negativa ainda no segundo trimestre. Um desses eventos foi a recuperação da Agropecuária, diante dos impactos favoráveis relacionados a supersafra neste

ano, e o outro foi a virada positiva das exportações, em um cenário de recuperação, ainda que modesta, das cotações das principais *commodities* agrícolas e minerais exportadas pelo Brasil. Do mesmo modo, a acomodação do consumo das famílias e a continuidade da contração na taxa de investimento agregado, demonstram ainda fragilidade da demanda interna, o que pode travar o processo de recuperação ao longo do ano. Além disso, os novos escândalos com os quais o governo se envolveu impõem mais elementos de incertezas no cenário político e devem contribuir para reverter a continuidade da retomada de crescimento, no curto prazo.

- Contra o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB recuou 0,4% e nos últimos quatro trimestres contra os quatro trimestres imediatamente anteriores, o indicador acumula retração de 2,3%, que embora apresente a menor queda desde o segundo trimestre de 2015, pode encerrar o ano em patamar negativo.
- Analisando a composição do crescimento pelo lado da Oferta, nota-se preponderância do crescimento da Agropecuária, com expansão de 13,4% contra o quarto trimestre de 2016 e 15,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior, o que significa a concretização das expectativas de safra, diante da normalização das chuvas. Na Indústria, o incremento de 0,8%, interrompendo oito trimestres de queda (excluindo-se a alta de 0,3% no segundo trimestre de 2016), pode ser creditado à intensificação da exploração de petróleo e gás natural no Pré-Sal e à extração de minério de ferro, pela Vale, em Canaã dos Carajás no Estado do Pará. A estabilidade dos Serviços em relação ao trimestre anterior mostra a dificuldade de retomada de um setor altamente dependente da renda e do crédito.

Gráfico 1 - Desempenho do PIB trimestral pela Ótica da oferta e da demanda no 4ºtri/16 e 1ºtri/17



Fonte: IBGE

- A análise por meio das Categorias de Uso evidencia a elevada contribuição das Exportações para o resultado do primeiro trimestre, apresentando alta de 4,8%, influenciada pelo crescimento na quantidade exportada de grãos e minério de ferro. Por outro lado, o

desempenho das demais categorias foi catastrófico. Por exemplo, a Formação Bruta de Capital Fixo registrou queda de 1,6% pelo décimo terceiro trimestre consecutivo, levando a taxa de investimento ao patamar de 15,5% do PIB, a menor da série histórica iniciada em 1996. Isso significa, que a despeito do movimento recente de corte da taxa básica de juros, os investidores ainda consideram a taxa de juros bastante elevada para ancorar os investimentos de longo prazo. Presume-se então que os cortes da taxa básica de juros, até este momento, tenham afetado de maneira mais incisiva apenas os balanços financeiros das empresas.

- Na mesma direção, o consumo privado e o consumo do governo parecem amargar em seus piores momentos. Ainda que estável no período em análise, o consumo das famílias tem recuado desde o primeiro trimestre de 2015, evidenciando o agravamento da crise no mercado de trabalho e da contínua queda da massa de rendimentos da população ocupada. Da mesma forma, o recuo no consumo do governo advém da crise fiscal, com redução, principalmente, dos investimentos públicos.

As perspectivas para a economia brasileira no momento atual são fortemente influenciadas pelos desdobramentos das investigações da Operação Lava Jato. A crise político-institucional agravou-se com a divulgação da delação premiada de Joesley Batista, dirigente do Grupo JBS, que implicou fortemente o presidente Michel Temer e o senador Aécio Neves, entre outras lideranças políticas. O ambiente econômico voltou a ser fortemente afetado pela elevação radical das incertezas, decorrente da fragilização da base de sustentação do presidente Temer no Congresso, entre os grandes grupos econômicos e na sociedade em geral. Temer conseguiu evitar a cassação no Julgamento de sua chapa presidencial nas eleições de 2014, mas a forma como o julgamento foi decidido, ignorando os graves indícios de financiamento ilícitos de campanha e abuso de poder econômico, colabora para o enfraquecimento não apenas do Executivo e Legislativo, mas também do Poder Judiciário.

Decidido a não renunciar, Temer tem diante de si um novo quadro de deterioração fiscal, decorrente dos efeitos da crise política sobre o cancelamento e adiamento de investimentos públicos e privados, para o qual precisa apresentar resultados concretos sob a forma de aprovação de mudanças constitucionais, com destaque para a reforma da Previdência, que apontem para a retomada da sustentabilidade da situação fiscal brasileira. Não será fácil, uma vez que a qualquer momento uma derrota do governo é possível.

2.1.2 Produção Industrial

[Alta na indústria da transformação impulsiona crescimento da indústria geral em abril](#)

A produção física industrial mensal, mensurada pelo IBGE, encerrou o mês de abril com alta de 0,6% em relação ao mês anterior. Este resultado positivo traduz a alta de 0,6% na indústria da transformação. Embora tenha havido queda de 4,5% em abril com relação ao mesmo mês de 2016 e de 0,6% no acumulado do ano, o crescimento em abril deste ano favoreceu a suavização da queda

no acumulado dos últimos 12 meses, o qual está em -3,6%, denotando recuperação, porém lenta, da indústria neste ano quando comparado a abril de 2016 que era de -9,5%.

- Em abril, o aumento só não foi maior porque a indústria extrativa fechou em queda pelo terceiro mês consecutivo devido às paradas programadas nas plataformas de petróleo para manutenções no primeiro semestre e maior impacto das chuvas que vem ocorrendo neste primeiro trimestre. Em contrapartida, apresenta uma expressiva melhora de 7,2% no acumulado do ano contra o mesmo período do ano anterior.
- Ainda na base mensal, a indústria da transformação apresentou a maior alta desde dezembro do ano passado, ocasionada pelo crescimento em 13 das 24 atividades, das quais as de maior peso foram: fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (+3,4), produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (+2,0%) e fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos (+19,7%). Entretanto, a alta foi contrabalançada pela queda de 0,4% na produção de produtos alimentícios.

Tabela 2 - Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso em fev/17 a abr/17; 1° Tri a 4° Tri de 2016 e acumulado em 12 meses

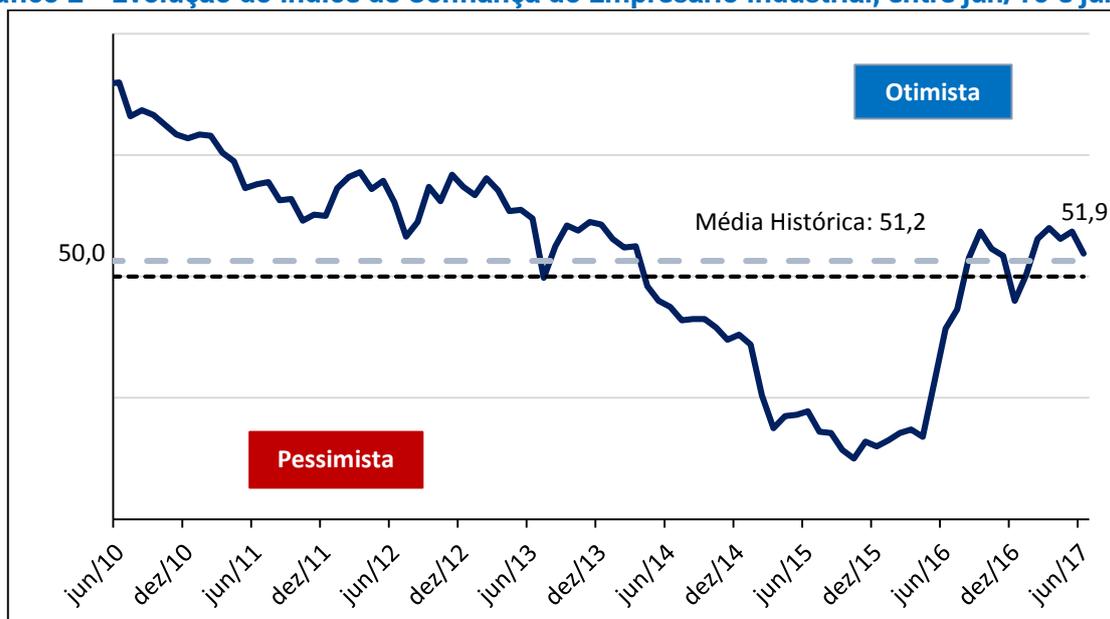
Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			MoM	1° Tri*	Acum. Ano	12 Meses
	fev/17	mar/17	abr/17				
Geral	0,0	-1,3	0,6	-4,5	-0,1	-0,6	-3,6
Bens de capital	5,9	-2,2	1,5	-5,5	0,5	1,9	-1,2
Bens intermediários	0,2	-2,5	2,1	-3,1	0,0	-1,0	-3,8
Bens de consumo	1,0	-2,5	-0,4	-7,9	0,2	-0,8	-3,7
Bens de consumo duráveis	7,5	-7,2	1,9	0,6	1,1	8,7	-3,0
Semiduráveis e não duráveis	-1,4	-1,8	-0,8	-9,8	0,1	-3,0	-3,9

Fonte: IBGE

Segundo a Confederação Nacional da Indústria, o Índice de Confiança do Empresário Industrial, que varia de 0 a 100 e denota pessimismo quando abaixo de 50 e otimismo quando acima, apresentou queda de 1,8% no mês de junho em relação a maio, registrando 51,9 pontos. Ainda assim, ficou 0,6 pontos acima da média histórica, acomodando as expectativas no patamar otimista, cenário distinto do observado desde abril de 2014. A queda na confiança deve-se exclusivamente ao recuo das expectativas do empresário para os próximos seis meses, saindo de 57,4 pontos em maio para 54,9 em junho devido ao elevado desconforto do empresariado em relação ao momento atual.

O aumento da capacidade instalada em 1,6% de janeiro a abril contribuiu positivamente para a expansão da produção industrial no primeiro trimestre. Para este ano, a mediana das expectativas reunidas no relatório Focus do Banco Central do dia 23 de junho indica aumento de 0,55% na produção industrial, previsão 0,75 p.p menor que a feita em meados do mês de maio, e a última previsão para 2018 é de crescimento em torno de 2,3%.

Gráfico 2 - Evolução do Índice de Confiança do Empresário Industrial, entre jun/10 e jun/17



Fonte: CNI *média histórica referente ao período de jun/10 a jun/17

Segundo Tabi Thuler Santos, coordenadora de sondagem da indústria da FGV, o aumento na confiança do empresário reflete a percepção do aumento da demanda, sinalizando crescimento no curto prazo. Entretanto, este quadro de recuperação, ainda que modesta, não havia ainda incorporado o aprofundamento da crise político institucional deflagrado com a divulgação da delação premiada de Joesley Batista, na segunda quinzena de maio. A elevação da incerteza política poderá criar um quadro de deterioração das expectativas, forçando o setor a acumular estoques e deixar ainda mais lento o ritmo de retomada da indústria, contribuindo para oscilações de meses bons e ruins na produção. Além do mais, mesmo que o desfecho da crise seja favorável para o setor, salienta que uma eventual demora no seu processo pode impactar negativamente a indústria, induzindo a uma queda na confiança e, portanto, dificultando os investimentos.

2.1.3 Comércio

No primeiro quadrimestre de 2017, o volume de vendas do Comércio Varejista restrito brasileiro apresenta decréscimo real de -1,6%, em comparação com o mesmo período do ano anterior

No primeiro quadrimestre de 2017, o comércio varejista restrito apresentou desempenho negativo, com queda de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme os dados divulgados pela Pesquisa Mensal do Comércio – PMC¹, do IBGE (**Tabela 3**). No mês de abril, com ajuste sazonal, houve crescimento de 1,0% em relação ao mês anterior, e em comparação com abril de 2016, houve um crescimento de 1,9% no volume de vendas. No acumulado dos últimos 12 meses, houve retração de 4,6% do comércio varejista restrito.

¹ Segundo o IBGE, a partir de janeiro de 2017, a Pesquisa Mensal de Comércio apresentou revisões metodológicas em relação aos índices do comércio varejista, passando a ter o ano-base de 2014. Contudo, isso não modifica as séries dos Índices Mês/Igual Mês do Ano Anterior, Acumulado no Ano e Acumulado de 12 meses já publicadas.

Tabela 3 - Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil (em %) – Fev/17 a Abr/17 e acumulado em 12 meses (em %)

Atividades	Variação Mensal % (*)			ABR/17 (**)	Acum. do ano (%)	12 meses %
	fev/17	mar/17	abr/17			
Comércio Varejista Restrito	-0,4	-1,2	1,0	1,9	-1,6	-4,6
Combustíveis e lubrificantes	0,6	1,2	-0,8	-4,2	-5,2	-7,8
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	-1,7	-4,3	0,9	3,5	-1,0	-2,4
Tecidos, vestuário e calçados	1,2	-0,6	3,5	10,8	6,3	-5,9
Móveis e eletrodomésticos	2,0	6,5	-2,8	-0,1	2,2	-7,1
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	1,2	-0,7	-0,4	-3,2	-3,0	-3,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	1,4	4,8	-4,1	-3,2	-4,8	-12,2
Equip. e mat. Escrit., inform. Comun.	-2,1	2,2	10,2	4,5	-7,7	-9,4
Outros art. uso pessoal e doméstico	-1,6	1,5	0,1	3,4	-3,1	-6,7
Comércio Varejista Ampliado	0,2	-0,8	1,5	-0,4	-1,8	-6,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	-0,6	0,6	-0,3	-12,0	-8,8	-12,6
Material de construção	-1,8	2,7	-1,9	-1,3	2,9	-5,2

Fonte: IBGE (*) com ajuste sazonal (**) contra o mesmo mês do ano anterior

Quando se desagrega a variação positiva de 1,9% do volume de vendas do comércio varejista brasileiro em abril, quando comparado com abril de 2016, observa-se a expansão das seguintes atividades:

- Hipermercados e Supermercados apresentaram crescimento de 3,5%; Tecidos, vestuário e calçados (10,8%); Equipamentos e Materiais de Escritório (4,5%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,4%).

No Varejo Ampliado, que agrega também as vendas de *veículos, motos, partes e peças* e de *material de construção*, o volume de vendas apresentou crescimento de 1,5% em relação a março. No entanto, contra abril de 2016, houve queda de 0,4%, influenciado sobretudo pelo resultado negativo da atividade de *Veículos, motocicletas, partes e peças* (-12,0%). O desempenho do comércio varejista ampliado foi compensado pela queda menos acentuada do setor de *Construção Civil* (-1,3%) nessa base de comparação. Contudo, no acumulado dos primeiros quatro meses do ano, essa atividade apresentou expansão no volume de vendas (2,9%).

- Ao longo de 2017, segundo a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), a expectativa é que o setor seja estimulado por meio do Programa Cartão Reforma², do Governo Federal, cujo orçamento inicial é de R\$ 1 bilhão e consiste em fornecer crédito para reforma, ampliação, promoção da acessibilidade ou conclusão de obras, de R\$ 2 mil a R\$ 9 mil, para famílias que recebem até três salários mínimos.
- O saque de contas inativas também poderá influenciar positivamente o setor, conforme afirma a Anamaco. De acordo com a Caixa Econômica Federal, existem 49,6 milhões de contas inativas com saldos que somam R\$ 43,6 bilhões, isso possibilitará a injeção de R\$ 30 bilhões na economia.

² O Programa Cartão Reforma foi sancionado no dia 27 de abril de 2017, por meio da Lei 13.439. Em breve, será lançado o edital do processo seletivo para os municípios submeterem a proposta de participação.

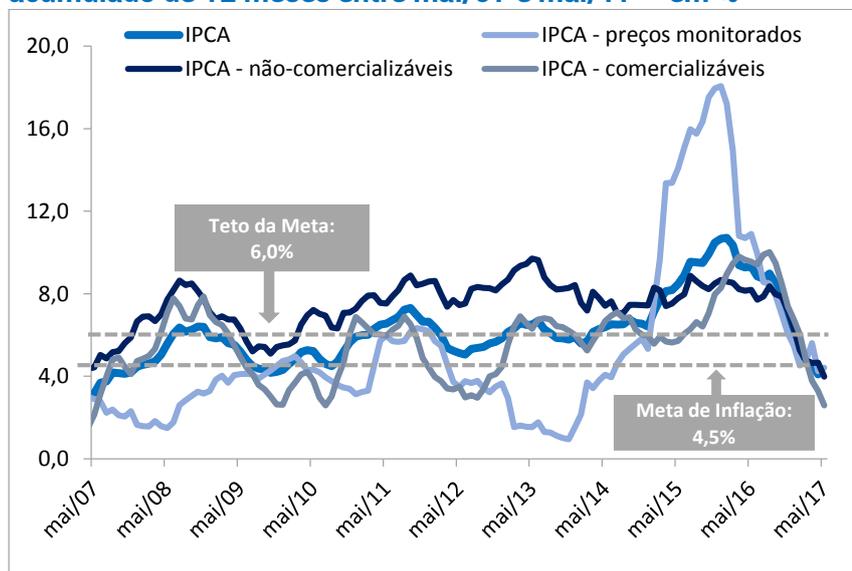
Os acontecimentos políticos envolvendo o presidente da República, no mês de maio, geraram incertezas sobre a recuperação da economia para este ano. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), sinais de retomada lenta e gradual das vendas do varejo fortalecem a expectativa de desempenho mais favorável da atividade do comércio neste ano. A redução da inflação e da taxa de juros e a intenção de consumo das famílias mostra sinais de recuperação, porém ainda descompensada, segundo a CNC. Segundo as estimativas do órgão, divulgada em junho de 2017, o volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado crescerá 1,0% e de 1,4% em 2017, respectivamente.

2.1.4 Inflação

Processo de desinflação segue firme com choque favorável dos preços dos alimentos, mas por outro lado, os reajustes de alguns preços somados à perspectiva de desvalorização cambial poderão impossibilitar a convergência mais rápida para o limite inferior da meta

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA vem desacelerando desde fevereiro do ano passado, quando atingiu 10,36% a.a. Em maio do ano corrente, fechou em 3,60% no acumulado em 12 meses, sendo que esse percentual foi o menor para o mês desde 2007, quando atingiu 3,18% a.a. Esse resultado se deu, em grande medida, devido à acomodação dos preços monitorados, à redução no preço de vários alimentos e ao baixo crescimento do produto.

Gráfico 3 - Evolução no IPCA, preços livres e monitorados acumulado de 12 meses entre mai/07 e mai/17 – em %



Fonte: IBGE/BCB

Destaca-se que dos 9 grupos que compõem o IPCA, Educação e Saúde e Cuidados Pessoais acumulam alta de 8,03% e 7,84%, respectivamente, em 12 meses encerrados em maio, bem acima da meta estabelecida pelo BCB.

Quanto ao grupo Saúde e Cuidados Pessoais, que representa o 4º maior peso no IPCA (11,85%), reflexos dos reajustes realizados ainda no mês de abril nos preços dos remédios foram um dos responsáveis por manter o índice acima da meta de 4,5% a.a. Tais reajustes foram de 1,36% para 4,76%.

- Os preços monitorados foram os maiores responsáveis pela inflação de dois dígitos em 2015, tendo registrado o maior percentual dos últimos 10 anos (18,07% a.a.), pressionados pela alta nos preços da gasolina (+22,35% a.a.) e energia elétrica (60,4% a.a.), mas a partir de fevereiro de 2016, entraram em uma trajetória de queda, exercendo menor pressão no índice geral.
- Em 2016, a falta de chuvas impactou significativamente na produção agrícola e,

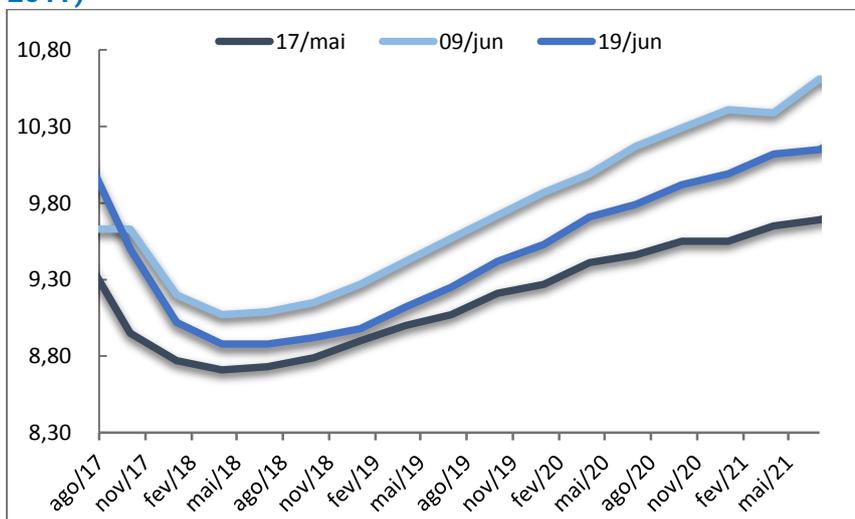
consequentemente, na produção de grande parte dos alimentos que compõem a cesta básica. No grupamento de Alimentação e Bebidas, os índices permaneceram acima de dois dígitos durante 17 meses consecutivos, de julho de 2015 (10,48% a.a.) a novembro de 2016 (10,15% a.a.).

- Por outro lado, com a regularização das chuvas em 2017, observou-se uma deflação dentro desse grupo, tendo encerrado em 2,35% a.a. em maio, o que contribuiu para manter o IPCA em patamares inferiores ao centro da meta de 4,5% a.a.
- Apesar do recuo significativo observado no IPCA desde fevereiro do ano passado, o processo de desinflação poderá ser mais lento, na contramão das perspectivas de mercado de que o IPCA encerre o ano abaixo de 4,0%.
- Além das variações nos preços dos remédios, os reajustes nos planos de saúde, previstos para aumentar em 13,55% entre maio de 2017 e abril de 2018, também deverão dificultar a convergência para patamares inferiores a 4% a.a. até o fim do ano.
- Outro fator que pode impedir a convergência mais rápida dos preços é o chamado "Pass Through", o canal de transmissão da desvalorização cambial para os preços domésticos.

Juros futuros seguem em queda, mas com retomada a partir de 2019

Apesar da incerteza vivida após o trauma no cenário político nas últimas semanas de maio, que fez com que o mercado perdesse parte da confiança naquele momento, a atenuação dessa insegurança do mercado está ressurgindo novamente. A perspectiva embutida na taxa média DI x Pré indica uma queda expressiva dos juros no curto prazo, mas com retomada acelerada, principalmente a partir de janeiro de 2019, conforme verificado nas curvas de juros de maio e junho (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre Ago/17 e Mai/21 em %. (maio e junho de 2017)



Devido ao cenário favorável no tocante à inflação, a expectativa do mercado melhorou ao longo de 2017 até meados de 2018 é de queda contínua dos juros, sendo que a perspectiva indicada na pesquisa Focus de mercado do dia 16 de junho é de que a taxa básica de juros encerre o ano em 8,5% a.a.

Por outro lado, 2019 deverá gerar novas incertezas quanto à política, o que poderá impactar novamente na expectativa da taxa de juros futura.

Fonte: Advanced Financial Network – ADVFN/BM&F BOVESPA

- No dia 31 de maio, o Comitê de Política Monetária – COPOM do Banco Central do Brasil resolveu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic em 1 p.p., fazendo com que a taxa básica saísse de 11,25% a.a. para 10,25% a.a.
- No tocante às perspectivas para o ano corrente, conforme a Ata da 207ª Reunião do COPOM, o ritmo de flexibilização dependerá da evolução da atividade econômica, assim como da aprovação ou não das reformas trabalhista e fiscal.
- Ressalta-se que é imprescindível que a redução da taxa de juros nominal acompanhe o processo de desinflação, tendo em vista a taxa de juros real elevada, que atualmente gira em torno de 6,65% a.a. Uma taxa de juros real mais baixa é fundamental para a retomada da atividade econômica.

2.2 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

2.2.1 Balanço de Pagamentos

Grande volume de investimento chinês no Brasil reforça a estabilidade das contas externas

O saldo de transações correntes em abril foi superavitário no valor de US\$ 1,15 bilhão, reduzindo o saldo negativo do acumulado do ano, que encerrou em US\$ -3,5 bilhões, redução de 51,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa melhora advém do superávit da Balança Comercial, que vem compensando marginalmente o déficit sistemático na Balança de Serviços. A situação favorável da Balança Comercial pode ser explicada pelo aumento dos preços dos principais produtos exportados, tais como: o minério de ferro (+127%), petróleo (+75%) e semimanufaturados do ferro e aço (+54%), ainda que a quantidade exportada tenha continuado em patamares semelhantes aos do ano anterior.

- Nos dois últimos meses do primeiro quadrimestre de 2017, a Conta Financeira apresentou saldo positivo após muitos meses de baixa, puxada pela alta dos investimentos diretos estrangeiros – IDE, que no acumulado do ano registrou um saldo de US\$ 28,7 bilhões, 36,3% maior que igual período do ano anterior.
- A China destaca-se no topo da lista de investidores no Brasil. Somente em 2017, esse país fez uma série de aquisições de empresas do setor energético e de mineração, com investimentos da ordem de US\$ 5,6 bilhões, o que corresponde a 37% do total de aquisições por estrangeiros, sendo maior até que as compras com capital brasileiro que totalizam US\$ 4,23 bilhões no acumulado do ano, representando a metade dos investimentos totais da China em 2016 (US\$ 11,9 bilhões). Segundo Welber Barral, consultor da Barral M Jorge, é previsto que a China mantenha o ritmo acelerado de investimentos no Brasil, dada sua alta “capacidade de enfrentar riscos regulatórios em comparação aos fundos de investimentos formados por grandes empresas”. Ainda assim, é possível que o nível de IDE sofra uma freada nesse cenário de elevação das incertezas políticas.

Tabela 4 - Balanço de Pagamentos Brasileiros, Reservas internacionais e Transações Correntes em % do PIB de 2014 a 2017* (Valores em US\$ milhões e variação em %)

Discriminação	2014	2015	2016	Var. % 16/15	Acumulado até abril		Var. % 17/16
					2016*	2017*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-104.181	-58.882	-23.681	59,8	-7.188,5	-3.499,9	51,3
Balança comercial (Bens e Serviços)	-54.736	-19.249	14.569	175,7	3.662,3	10.666,2	191,2
Balança Comercial - Bens	-6.629	17.670	45.025	154,8	12.394,4	20.554,2	65,8
Balança Comercial - Serviços	-48.107	-36.919	-30.456	17,5	-8.732,0	-9.888,0	13,2
Renda Primária	-52.170	-42.357	-41.237	2,6	-11.823,3	-14.819,5	25,3
Rendas Secundária	2.725	2.724	2.986	9,6	972,5	653,4	-32,8
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-100.367	-54.294	-17.182	68,4	-4.760,8	-1.021,2	78,5
Conta Capital	231	440	248	-43,6	78,8	131,6	67,0
Conta Financeira	-100.599	-54.734	-17.430	68,2	-4.839,6	-1.152,8	76,2
Investimento Direto (IDE-IDP)	-70.855	-61.576	-71.148	15,5	-21.095,3	-28.756,0	36,3
Investimento Direto no Exterior	26.040	13.498	7.748	-42,6	2.657,6	774,4	-70,9
Investimento Direto no País	96.895	75.075	78.896	5,1	23.752,9	29.530,4	24,3
Investimento em Carteira	-38.708	-22.047	19.120	186,7	5.418,2	2.348,8	-56,6
Outros Investimentos	-3.436	23.871	26.635	11,6	11.823,3	17.564,8	48,6
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-4,4	-3,2	-2,4	24,5	-1,2	-0,5	57,2
RESERVAS INTERNACIONAIS	363.551	356.464	365.016	2,4	362.201	374.945	3,5

Fonte: BACEN *acumulado até abril

- Em contrapartida, em abril, a conta de investimento em carteira apresentou a primeira baixa desde julho de 2016 no valor de US\$ 3,7 bilhões, apresentando no acumulado do ano o valor de US\$ 2,3 bilhões, 56,6% menor que no mesmo período do ano anterior. A principal contribuição para essa mudança é a saída maciça de investimentos estrangeiros nos títulos de renda fixa, que somaram US\$ 4,37 bilhões, o valor mais alto desde novembro de 2015, em decorrência das menores expectativas em relação à taxa básica de juros da economia brasileira, com previsão de encerrar o ano na casa de um dígito.

Segundo o relatório Focus, estima-se que a conta de Transações Correntes encerre 2017 com valor em torno de US\$ -23 bilhões, mesmo patamar registrado em 2016. Entretanto, a previsão para 2018 é de queda para o patamar de US\$ -34,5 bilhões, isso reflete a queda prevista na Balança Comercial de 2017 para 2018, de US\$ 58,25 bilhões para US\$ 45 bilhões. No que tange aos IDE, a previsão é de que encerre em torno de US\$ 79 bilhões neste ano, indicando estabilidade com valor observado no ano passado.

2.2.2 Commodities

Cotações médias valorizam, mas projeções apontam diferentes flutuações futuras

Em geral, a média dos preços da *commodities* até abril de 2017 vem sendo superior à média do ano de 2016, com exceção das cotações de fertilizantes, dentre as quais apenas as do TSP registrou apreciação. Os preços subiram em função dos custos com energia (combustível e elétrica) e de pressões na demanda internacional, sobretudo, via China e países desenvolvidos, que registraram crescimento na atividade industrial.

- No que se refere as *commodities* energéticas, os preços acompanham a elevação da cotação do Petróleo, que em abril registrou US\$ 52,98/bbl e sinais de que o “acordo” entre Estados Unidos e OPEP³ deverá continuar pressionando as projeções. Contudo, não houve pronunciamento oficial pela OPEP quanto aos cortes futuros de produção.
- No que tange aos grãos, embora o preço médio até abril de 2017 esteja superior ao registrado no ano anterior, registrou-se queda em relação a março quedas nos preços da soja (-3,95%) e do milho (-1,58%) em função do crescimento das safras no Brasil e Argentina, além de incentivos fiscais à produtores nos Estados Unidos, que poderá elevar ainda mais a oferta global para as próximas safras.

Tabela 5 - Cotação média anual e mensal de 2015 a 2017 e projeções para 2017 e 2018 para as principais commodities internacionais presentes na balança comercial brasileira e maranhense. Valores em US\$ (nominal)

Descrição	Médias anuais			Dezembro	Abril	Março	Abril	Projeções	
	2015	2016	2017*	2016	2016	2017	2017	2017	2018
Energéticas									
Petróleo Crude ¹ (\$/bbl)	52,37	44,05	53,83	54,07	42,25	51,97	52,98	55,00	60,00
Gás Natural - US (\$/mmbtu)	2,61	2,49	3,01	3,58	1,90	2,87	3,08	3,00	3,50
Grãos									
Soja, Grãos (\$/mt)	390,42	405,79	411,56	421,00	393,00	405,00	389,00	410,00	418,18
Milho (\$/mt)	169,75	159,16	159,56	152,45	164,41	158,96	156,44	160,00	163,38
Proteína Animal									
Carne Bovina (\$/kg)	4,42	3,93	4,10	3,87	3,91	4,18	4,25	3,95	3,97
Matérias Primas Agrícolas									
Pasta de Celulose ² (\$/mt)	925,28	802,01	821,65	808,80	797,00	824,40	838,00	-	-
Algodão (\$/kg)	1,55	1,64	1,88	1,75	1,53	1,91	1,92	1,85	1,87
Fertilizantes									
Fosfato, rocha (\$/mt)	117,46	112,17	97,75	103,00	115,00	98,00	96,00	330,00	337,97
DAP ² (\$/mt)	458,88	345,33	356,50	315,00	358,00	375,00	366,00	105,00	106,42
TSP ³ (\$/mt)	385,00	290,50	273,25	267,00	278,00	278,00	276,00	250,00	254,79
Ureia (\$/mt)	272,92	199,25	231,75	216,00	204,00	234,00	205,00	280,00	286,66
Metálicas e Minerais									
Alumínio (\$/mt)	1.664,68	1.603,61	1.868,67	1.727,74	1.571,23	1.901,47	1.921,22	1.800,00	1.828,00
Minério de Ferro (\$/dmtu)	55,83	58,42	81,81	80,00	61,00	88,00	70,22	65,00	55,00
Cobre (\$/mt)	5.510,46	4.866,94	5.801,00	5.660,35	4.872,74	5.824,63	5.683,90	5.750,00	5.838,00
Ouro (\$/troy oz)	1.160,66	1.248,97	1.231,15	1.157,36	1.242,26	1.231,42	1.266,88	1.225,00	1.206,00

Fonte: World Bank, BDM INSEE, NBSK Index (Chicago) *média até abril ²Diidrogeno-ortofosfato de amônio
³Fosfato trissódico

- No caso dos fertilizantes, ainda que a maioria das cotações tenha caído em função de uma oferta aquecida do produto, os custos com energia elevaram os custos de produção. Além disso, espera-se que a demanda pelo produto seja estimulada pela expansão de área plantada das grandes lavouras, elevando assim seus preços e, como consequência, os das *commodities* agrícolas.

³ Ver Boletim de Conjuntura Maranhense v. 5, n. 1 (jan. /mar. 2017), página 17. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Boletim_de_Conjuntura_final3.pdf

- As *commodities* metálicas foram as que apresentaram maior valorização, em virtude: 1) restrições de oferta no Chile, Peru, China e Indonésia; e 2) crescimento da demanda: na China, via maior atividade industrial no período; nos Estados Unidos, via políticas de expansão da infraestrutura e possível ampliação da produção bélica.

2.2.3 Balança Comercial

Exportações ganham vigor independentemente de dólar mais barato no período, importações crescem menos e superávit aumenta em US\$ 8,1 bilhões

No comparativo entre os acumulados do ano até abril de 2017 contra 2016, observa-se crescimento nas exportações brasileiras para a cifra de US\$ 68,1 bilhões (+21,8%) e nas importações para US\$ 46,8 bilhões (+9,5%), que como resultado possibilitaram um maior superávit, cujo saldo foi de US\$ 21,4 bilhões (+61,3%).

- Na pauta de exportações, o *boom* do valor exportado adveio do minério de ferro, que no acumulado até abril deste ano somou a cifra US\$ 6,2 bilhões (+141,1%). Esse crescimento deriva do preço médio do minério de ferro que até abril deste ano girou em torno US\$ 81,93/t, crescimento de 159,2% em relação ao mesmo período do ano passado (US\$ 51,5/t).
- Outro fator positivo foi a melhora climática que favoreceu a produção agrícola, sobretudo de soja e seus derivados, somando US\$ 28,8 bilhões/t (+10,33%) no acumulado até abril deste ano.
- Outras *commodities* também foram favorecidas pelo efeito preço, contribuindo para elevar as exportações, sem crescimento na quantidade. O valor exportado de açúcar de cana cresceu (+30,2%); do café (+19,4%); pedaços de galinhas/galos (+19,4%) e alumina calcinada (+10,2%).

Tabela 6 - Balança Comercial Brasileira de 2010 até 2017*, Valores em FOB US\$ milhões e Var (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	201.915	-	-181.768	-	20.147	383.684	-
2011	256.040	26,8	-226.242	24,5	29.798	482.281	25,7
2012	242.580	-5,3	-223.149	-1,4	19.431	465.729	-3,4
2013	242.179	-0,2	-239.621	7,4	2.558	481.800	3,5
2014	225.101	-7,1	-229.154	-4,4	-4.054	454.255	-5,7
2015	191.134	-15,1	-171.449	-25,2	19.685	362.583	-20,2
2016	185.235	-3,1	-137.552	-19,8	47.683	322.787	-11,0
2016*	55.944	-	-42.694	-	13.250	98.638	-
2017*	68.140	21,8	-46.769	9,5	21.370	114.909	16,5

Fonte: MDIC, *acumulado até abril

A valorização recente das cotações do petróleo pode elevar os custos dos derivados importados. A taxa de câmbio com perspectiva de depreciação também pode aumentar o custo de importação de produtos necessários para o consumo interno e de bens intermediários, como fertilizantes, álcool e combustíveis.

Em geral, as expectativas são de crescimento do superávit em mais de 40% no ano corrente, impulsionado pela robustez nas exportações em relação ao ano passado, favorecida pela expectativa de desvalorização cambial e recuperação dos preços das *commodities*, em contraposição ao crescimento ainda frágil das importações, sob a influência da reduzida atividade

doméstica. Contudo, as Importações podem crescer devido à importação de combustíveis mais caros, contudo, com atividade econômica interna, ainda inconstante não deve superar crescimento das exportações.

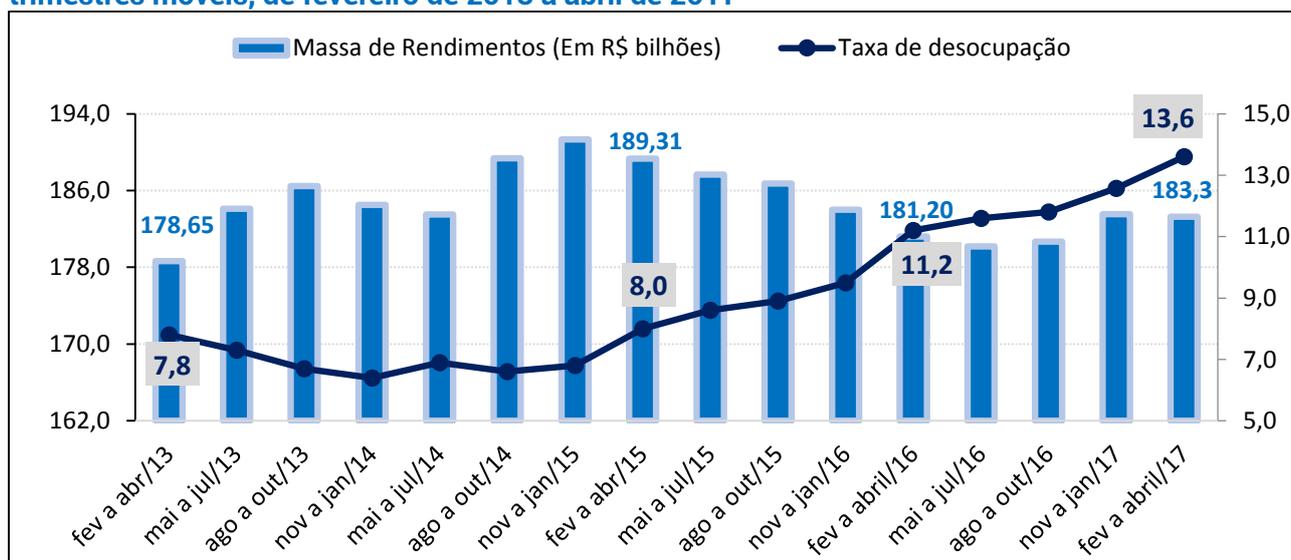
2.3 Mercado de Trabalho

Taxa de desocupação do país fica em 13,6% em abril e o emprego formal começa a registrar saldo positivo, demonstrando uma suavização expressiva nas demissões líquidas em relação a 2016

De acordo com os dados da Pnad Contínua (**Gráfico 5**), divulgada dia 31 de abril deste ano, a taxa de desocupação brasileira atingiu 13,6% no trimestre móvel encerrado em abril/2017, o maior valor da série iniciada em 2012, marcando uma elevação de 2,4 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2016 (11,2%) e contabilizando o patamar de 14 milhões de pessoas desocupadas. Ainda assim, o resultado indica uma estabilização da taxa em relação ao primeiro trimestre de 2017 (13,7%), a primeira redução desde outubro de 2014. O aumento do número de pessoas procurando emprego foi de 23,1% em 2017, contra 42% no mesmo período do ano anterior, o que sinaliza uma desaceleração na procura por emprego.

Quanto ao número de ocupados, registrou-se recuo de 1,5% no trimestre móvel encerrado em abril de 2017, comparado ao estoque observado no mesmo período do ano anterior. Já a massa de rendimentos reais, auferida pelos ocupados no país, somou R\$ 183,2 bilhões no mesmo intervalo de referência, marcando crescimento real (Inflacionada pelo IPCA, a preços de março de 2017) de 1,1% ante o trimestre móvel encerrado em abril de 2016.

Gráfico 5 - Brasil: Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões) e Taxa de desocupação (%), por trimestres móveis, de fevereiro de 2013 a abril de 2017



Fonte: PNADc mensal/IBGE * Inflacionada pelo IPCA, a preços de março de 2017

No que diz respeito ao emprego celetista, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTE), no mês de maio foram contabilizadas 34,2 mil contratações líquidas no país (**Tabela 7**), marcando o segundo mês

consecutivo em que se verificou saldo positivo de emprego celetista, patamar que superou o observado em maio de 2016 e 2015, quando se observava destruição de postos de trabalho. Em termos setoriais, os principais destaques foram: Agropecuária (+46 mil), Serviços (+2 mil) e Indústria de Transformação (+1,4 mil).

Tabela 7 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2016 a 2017*, saldo em maio* de 2016 e de 2017 e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual	Acumulado		Maio		Variação absoluta (b-a)
	2016	2016	2017	2016	2017	
Total	-1.327.545	-431.566	48.543	-72.615	34.253	480.109
Extrativa mineral	-11.906	-4.079	-1.271	-1.195	-510	2.808
Ind. de Transformação	-324.350	-107.852	34.723	-21.162	1.433	142.575
Prod. minerais não metálicos	-36.831	-16.499	-6.853	-3.150	-1.888	9.646
Metalúrgica	-44.916	-21.959	-2.355	-4.346	-2.593	19.604
Mecânica	-37.028	-18.710	-3.008	-4.004	-3.077	15.702
Material elétrico e de comunicações	-15.770	-7.549	2.409	-469	-373	9.958
Material de transporte	-50.641	-19.880	183	-3.675	62	20.063
Madeira e do mobiliário	-26.242	-7.659	449	-2.841	-66	8.108
Papel, papelão, editorial e gráfica	-17.463	-8.035	-2.709	-2.189	-634	5.326
Borracha, fumo, couros, similares	-8.511	9.622	15.866	-696	-279	6.244
Química de prod. farm., vet.	-23.949	2.058	15.668	981	4.825	13.610
Têxtil do vestuário e tecidos	-30.451	-8.107	18.526	-219	1.709	26.633
Calçados	4.150	14.367	15.780	-1.739	-3.534	1.413
Alimentos e bebidas	-36.698	-25.501	-19.233	1.185	7.281	6.268
SIUP ¹	-12.768	-2.566	1.864	-181	-387	4.430
Construção civil	-361.933	-84.169	-25.060	-28.740	-4.021	59.109
Comércio	-199.282	-223.063	-121.815	-28.885	-11.254	101.248
Serviços	-391.609	-77.303	65.232	-36.960	1.989	142.535
Administração pública	-11.484	18.115	17.841	1.391	955	-274
Agropecuária	-14.213	49.351	77.030	43.117	46.049	27.679

Fonte: CAGED – MTE. * Acumulado de janeiro a maio, com ajustes até abril.

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública

- Considerando o acumulado janeiro a maio de 2017, foram gerados 48,5 mil postos de trabalho, configurando-se no primeiro saldo positivo do ano, contraste significativo às quase 450 mil demissões líquidas notadas no mesmo período do ano passado. Os destaques positivos de 2017 são a Agropecuária (+77 mil), os Serviços (+65,2 mil), e a Indústria de Transformação (+34,7 mil). Já a Construção Civil (-25 mil) e o Comércio (-121,8 mil), embora em patamar negativo, seguem suavizando as demissões líquidas na comparação com o acumulado de 2016.
- Na abertura por regiões, maioria das regiões registrou criação de emprego formal na base mensal, sendo mais expressivas na região Sudeste (+38,7 mil). Já no acumulado do ano, somente as regiões Nordeste (-103,7 mil) e Norte (-15,2 mil) seguem com o resultado negativo.

Considerando o desempenho das admissões ainda em menor ritmo e uma menor procura por emprego, destaca-se que o ligeiro arrefecimento na taxa de desemprego em abril pode ser

pontual, já que não reflete a deterioração recente na política. Com efeitos da crise política, é provável que a deterioração no mercado de trabalho continue ao longo do ano e a taxa de desocupação média fique em 13,6%.

2.4 Finanças Públicas

Desempenho fiscal melhora no primeiro quadrimestre de 2017, mas as estimativas para o ano continuam pessimistas e devem agravar-se em razão da incerteza que ronda o cenário político

Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, no acumulado do ano até abril, o Governo Central, que compreende Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registrou déficit primário de R\$ 5,6 bilhões (-0,3% do PIB). O que mostra uma tendência de reversão do déficit primário em relação ao primeiro quadrimestre de 2016, com recuo nominal de 31,5% (Tabela 8). No entanto, a previsão de déficit primário (R\$ -139 bilhões) aponta para o segundo maior registro na série histórica iniciada em 1997, mostrando que ainda há um desequilíbrio fiscal observado de forma mais contundente na explosão da dívida bruta, que alcançou patamar de 71,7% do PIB.

Se o cenário de incerteza se agravar e as reformas não forem levadas adiante, há o risco de novo rebaixamento do *rating*⁴ do país, que já sofreu mudança de perspectiva de estável para negativa, podendo impactar o fluxo de investimentos estrangeiros no país.

- A queda em termos reais das Receitas Líquidas de 3,6% (R\$ -14,4 bilhões), na comparação com mesmo período do ano anterior, é explicada pela queda real da arrecadação dos principais componentes da receita total: decréscimo das Receitas Tributárias devido à redução do arrecadado com Cofins e Imposto de Importação; redução das Receitas Não Administradas pela RFB, afetadas pelo decréscimo em Concessões e Permissões e, ainda, queda da Arrecadação Líquida das Receitas previdenciárias (RGPS).
- A elevação real das Transferências Constitucionais contempla as variações com maior peso de FPM/FPE/IPI-EE (R\$ +3,3 bilhões) e de Compensações Financeiras (R\$ +1,7 bilhões) devido à produção e ao preço internacional do petróleo, impactando positivamente a arrecadação dos entes subnacionais.
- O decréscimo real de 4,3% (R\$ -17,4 bilhões) da Despesa Total foi puxado pela queda das Despesas Obrigatórias devido à reoneração da folha de pagamento e à redução dos gastos com Subsídios, Subvenções e Proagro, Abono e Seguro Desemprego e Créditos Extraordinários, como também das Despesas Discricionárias com impacto mais acentuado sobre PAC e Ministérios, compensadas pelo aumento dos Benefícios Previdenciários.
- A despesas pagas até abril, de R\$ 378,9 bilhões, correspondem a 29,9% do teto de gastos estabelecido para 2017. Estão incluídas na base de cálculo somente as despesas e as transferências sujeitas ao teto da EC 95/2016.

⁴ Classificação de crédito emitida por agências de classificação de risco.

Tabela 8 - Resultado Primário do Governo Central - 2016 e 2017, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões)

Descrição	2016*	2017*	Abril		Cresc. Nominal (%)		Cresc. Real (%)	
			2016 (a)	2017 (b)	2017*/2016*	(b)/(a)	2017*/2016*	(b)/(a)
I. Receita Total	448.418,6	460.531,9	124.299,8	126.097,8	2,7	5,6	-1,9	1,4
II. Transferências por repart. de receita	68.424,3	76.908,2	16.384,1	18.027,9	12,4	14,5	7,3	10,0
III. Receita Líquida Total (I-II)	379.994,4	383.623,7	107.915,7	108.069,9	1,0	4,2	-3,6	0,1
IV. Despesa Total	388.232,1	389.267,3	97.692,8	95.500,2	0,3	1,7	-4,3	-2,2
V. Fundo Soberano do Brasil- FSB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
VI. R. Primário do GC (III-IV+V)	-8.237,7	-5.643,6	10.222,9	12.569,6	-31,5	28,0	-34,6	23,0
VII. Resultado Primário/PIB	-0,4	-0,3	-	-	-	-	-	-

Fonte: STN

- No mês de abril, o governo central apresentou superávit de R\$ 12,6 bilhões, o melhor resultado para o referido mês desde 2015. A evolução do Resultado Primário foi impulsionada por fatores sazonais que estimularam positivamente a arrecadação, com destaque ao apurado com IRPF e Compensações Financeiras provenientes do pagamento de *royalties* de petróleo.

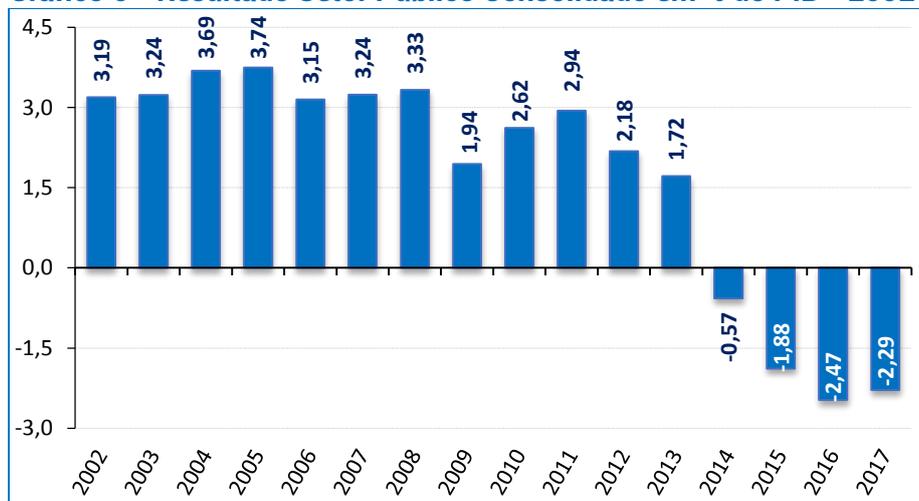
A crise política aprofundada na penúltima semana de maio pôs em xeque a capacidade de realização da arrecadação necessária para cumprimento da meta fiscal, principalmente a arrecadação referente às receitas extraordinárias. No entanto, por meio do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre, foi anunciado desbloqueio de R\$ 3,1 bilhões do orçamento de 2017, devido aos efeitos esperados da edição de medidas provisórias que estimam apurar mais de R\$ 12 bilhões em receitas extraordinárias, tais como: a MP nº 778 que trata da renegociação da dívida de prefeituras e Estados com a Previdência; MP nº 779 que reprogramou o pagamento das outorgas de aeroportos; MP nº 780 que trata da regularização de débitos não tributários com autarquias e fundações, bem como a previsão de bônus de assinatura referente à 3ª rodada de licitação de áreas de produção de petróleo. Reduziu-se então o contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões para R\$ 38,9 bilhões, possibilitando reestimativa tanto da Receita Total, como da Receita Líquida de Transferências e das Despesas Primárias.

Nesse contexto, o resultado do Setor Público Consolidado, que abrange as três esferas governamentais, registrou ao fim do primeiro quadrimestre de 2017 superávit primário de R\$ 15,1 bilhões, contra superávit de R\$ 4,4 bilhões no ano anterior. Esse resultado reflete o superávit de Estados, municípios e estatais, de R\$ 17,8 bilhões, decorrente da arrecadação de tributos e do aumento das transferências da união, fatores característicos do início do ano. Não obstante, a tendência é que nos próximos meses esse superávit seja consumido pelos entes subnacionais.

- Em se tratando do Resultado Nominal, que inclui os gastos com juros, nos 12 meses até abril este foi deficitário em R\$ 582,2 bilhões, frente a R\$ 603,7 bilhões no mesmo período de 2016. A redução do pagamento dos Juros Nominais, que somam R\$ 437,1 bilhões

comparativamente a R\$ 464,4 bilhões no ano anterior, pode ser menor em razão da previsão de arrefecimento do corte da taxa de juros.

Gráfico 6 - Resultado Setor Público Consolidado em % do PIB - 2002 a 2017



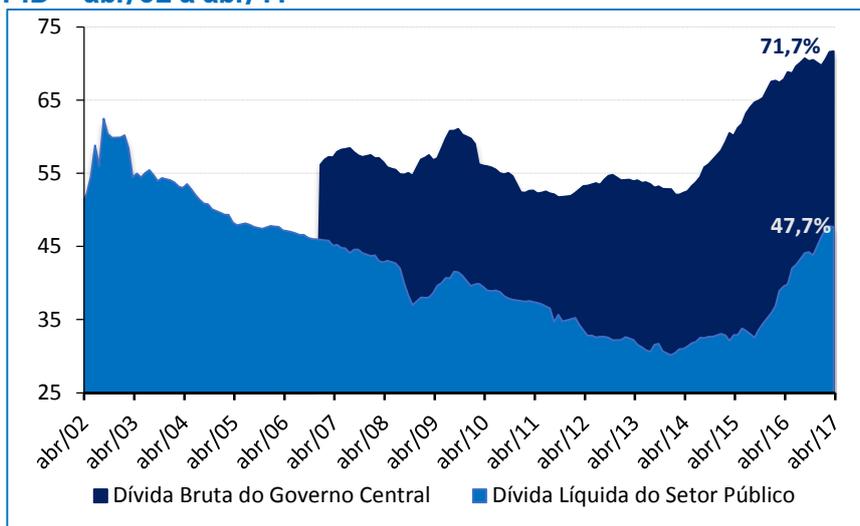
No acumulado de 12 meses encerrados em abril de 2017, o Setor Público Consolidado apresentou déficit de R\$ 145,1 bilhões, o equivalente a -2,29% do PIB, menor que a proporção de doze meses encerrados em março de -2,34%.

Fonte: BCB *Acumulado de 12 meses encerrados em abril

A Dívida Bruta do Governo Geral alcançou no mesmo período R\$ 4.547,7 bilhões (71,7% do PIB). No mês de junho as estimativas de mercado reunidas no Prisma Fiscal para a dívida bruta, que já levam em conta a deterioração do cenário político, foram estipuladas em 75,7% do PIB para 2017 e 78,7% do PIB para 2018, ainda que levemente maiores, não houve nenhuma mudança brusca em relação ao estimado no mês anterior.

Gráfico 7 - Dívidas Bruta e Líquida do Governo Central - em % do PIB – abr/02 a abr/17

A Dívida Líquida do Setor Público alcançou, no acumulado do ano, 47,7% do PIB (R\$ 374,9 bilhões), a pior relação DLSP/PIB da série histórica desde 2006. A perspectiva do Relatório Focus aponta crescimento da DLSP para 51,5% do PIB em 2017 e 55,2% para 2018.



Fonte: Bacen

Havia expectativas em torno de como a reviravolta do cenário político poderia afetar as projeções das principais variáveis fiscais para o ano de 2017, visto que há por parte do mercado expectativa de que as Reformas Trabalhista e Previdenciária sejam aprovadas. Ainda que fragilizada, a base aliada do governo deu continuidade ao andamento das reformas. Não obstante,

o avanço do texto da Reforma Trabalhista sofreu um percalço em votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para análise em mais uma comissão antes de ir para plenário no Senado.

Se uma piora no desempenho fiscal realizar-se ao longo do ano, e mesmo com a redução de despesas a queda da arrecadação e o aumento dos gastos previdenciários continuar a pressionar o resultado fiscal, pode chegar a vez das transferências constitucionais a Estados e municípios sofrerem cortes, mesmo com a segunda rodada do programa de repatriação já prevista no orçamento de 2017.

BOX 1. Mercado Financeiro precifica riscos à economia no IBOV com delação da JBS⁵⁶

No dia seguinte à delação da JBS, que comprometeu o governo Temer, o mercado financeiro abriu pânico, o IBOV, principal índice de ações brasileiro, abriu em queda e encerrou o dia em 61.597 pontos (-8,8%), marcando o maior volume movimentado do ano, R\$ 24,4 bilhões, mais de três vezes a média diária dos últimos 5 anos. O efeito foi tão grande que proporcionou um *circuit break*¹ de 30 minutos, evento que não acontecia desde 2008.

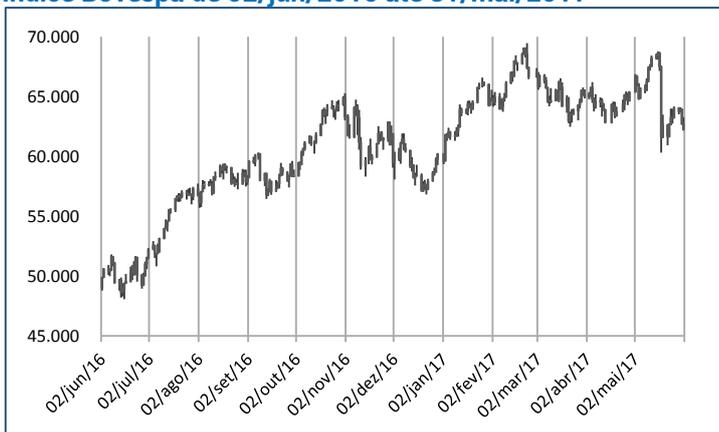
Os investidores precificaram os riscos quanto às mudanças de governo e descontinuidade das políticas reformistas, sobretudo no mercado de trabalho e previdência, que influenciam vetores importantes como o juros, inflação e o câmbio, capazes de determinar o *valuation*² das empresas, pois afetam suas dívidas/capacidade de endividamento e preços de seus produtos, serviços e insumos, e também, o poder de compra dos consumidores.

A maioria dos setores presentes no IBOV apresentaram queda durante o dia 18. Por exemplo, no varejo, empresas como Pão de Açúcar, Lojas Americanas, Submarino, Saraiva, Renner, Hering despencaram acima dos 10%. As ações preferenciais da Petrobras fecharam em -15%, os principais bancos, Bradesco, Itaú e Banco do Brasil; as construtoras *Gafisa*, *Rossi Resid*, *Cyrela* e *PDG*; o setor siderúrgico, Companhia Nacional, Usiminas e Gerdau também caíram mais de 10%. Os menos impactados foram os que possuem forte participação na exportação, que se beneficiam da desvalorização do real, à exemplo do setor de alimentos e bebidas, com

exceção da JBS (-10,5%), *Brasil Foods*, *Marfrig*, *Minerva*, *AMBEV*; da mineração como *MMX* e *Vale* que fecharam com menores quedas, outras, como *Suzano*, *Fibria* e *Klabin* do setor de celulose, inclusive registraram altas próximo de 10%.

Nos dias seguintes ao grande movimento o mercado foi de realização das operações precificando um novo patamar, abaixo do anterior, que se manteve até o final de maio. O movimento de manutenção dos preços define-se pela incerteza do mercado quanto aos resultados da delação ainda não concretizados e o direcionamento da política econômica brasileira. A configuração dos novos preços acaba, por sua vez, ilustrando os setores que podem sofrer mais com a descontinuidade das medidas reformistas, que saiam de cena, o índice poderá ficar abaixo dos 57 mil pontos, afugentando os investidores no país.

Gráfico 8 - Candles diários de oscilação dos pontos do Índice Bovespa de 02/jun/2016 até 31/mai/2017



Fonte: Infomoney, XP investimentos, BM&FBOVESPA

⁵ Circuit Breaker: Paralisação temporária das operações em função de às oscilações atingirem o limite máximo diário.

⁶ Valuation: análise de valor da empresa

3 CENÁRIO ESTADUAL

3.1 Nível de Atividades

3.1.1 Produção Agrícola

Maranhão deverá colher 4,6 milhões de toneladas de grãos em 2017

A produção estimada de grãos do Maranhão, conforme a quinta estimativa de 2017 realizada pelo IBGE, aponta uma redução de 4,2%, fruto da perda de 0,2% na área destinada à colheita. Com isso, a produção de grãos deverá encerrar o ano em 4.607 mil t, ante 4.806 mil t na estimativa do mês de abril. Ressalta-se que mesmo com a revisão para baixo, o Maranhão deverá garantir a produção recorde de grãos, ultrapassando o recorde de 2014, que foi de 4.117 mil t. (**Tabela 9**).

Tabela 9 - Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA do Maranhão – 2016 e Mai/2017

Produto	Período	Área (mil ha)		Produção MA (mil t)	Rend. Médio MA (Kg/ha)	
		Plantada/a plantar	Colhida/a colher			
Grãos	Total de Grãos	2016 (a)	1.388	1.376	2.163	1.572
		Mai/17 (b)	1.559	1.553	4.607	2.966
		(b/a)	12,3	12,9	113,0	88,7
	Soja	2016 (a)	784	784	1.243	1.586
		Mai/17 (b)	818	818	2.491	3.044
		(b/a)	4,4	4,4	100,4	91,9
	Sorgo	2016 (a)	11	11	20	1.786
		Mai/17 (b)	92	92	118	1.282
		(b/a)	722,1	722,1	490,3	-28,2
	Milho	2016 (a)	337	336	684	1.857
		Mai/17 (b)	478	471	1.641	3.496
		(b/a)	41,5	40,2	139,9	88,3
	Feijão	2016 (a)	74	72	35	474
		Mai/17 (b)	77	77	46	581
		(b/a)	4,5	7,2	31,4	22,5
Arroz	2016 (a)	173	164	160	981	
	Mai/17 (b)	164	164	258	1.574	
	(b/a)	-4,9	0,3	61,0	60,4	
Algodão	2016 (a)	21	21	41	3.189	
	Mai/17 (b)	22	22	53	3.883	
	(b/a)	7,5	7,5	31,0	21,8	
Demais culturas	Mandioca	2016 (a)	306	157	1.312	8.333
		Mai/17 (b)	296	153	1.334	8.743
		(b/a)	-3,1	-3,1	1,7	4,9
	Cana-de-açúcar	2016 (a)	51	46	2.521	55.234
		Mai/17 (b)	53	46	2.484	54.559
(b/a)	2,3	-0,2	-1,4	-1,2		

Fonte: GCEA/LSPA/IBGE

* Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE.

A produção de milho, que tem representado grande parte da supersafra de grãos, foi revisada para baixo, cuja queda em relação ao mês anterior foi de 13,3%, o que representa uma perda de 252 mil t. Esse resultado se deve à redução na área destinada à colheita de 0,8% (cerca de 3,8 mil ha) em decorrência da falta de chuvas no período do plantio da safrinha, que desestimulou os produtores.

Na ocasião, estes optaram por plantar sorgo, o que resultou em um aumento na área plantada deste grão em 193,1%, acréscimo de 60,5 mil ha. Destaca-se que 8 municípios maranhenses cultivam o sorgo, sendo que Balsas e Tasso Fragoso respondem juntos por cerca de 64% da produção do estado, o primeiro com 34% e o segundo com 30%.

Quanto à produção de soja, os produtores deverão colher 2.491 mil t este ano, com rendimento médio de 3.044 Kg/ha. Destaca-se que na região Sul do Maranhão, o período chuvoso dura de seis a sete meses, o que permite aos produtores realizarem uma safra por ano, mas alguns deles já pensam no desafio de realizar duas safras por ano, conforme informações do site Notícias Agrícolas.

- Quanto à produção de mandioca, a expectativa é que a produção para o ano corrente seja de 1.332 mil t, enquanto que no ano anterior foi de 1.312 mil t. Esta foi uma das poucas culturas de relevância na agricultura maranhense que, devido a sua grande resistência à seca, ao contrário dos demais produtos, não sofreu com a estiagem ocorrida em 2016.
- Caso a produção recorde se confirme, a contribuição da agropecuária no Valor Adicionado Bruto do PIB deverá ser de 19,5%, tendo em vista que o seu peso no total VAB é, em média, 10%.
- No mês de maio, o secretário de Agricultura Familiar apresentou à Assembleia Legislativa diversas ações e programas da pasta de agricultura familiar, como por exemplo, o apoio à comercialização com foco nas feiras e no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.
- Em 2015, o total de agricultores beneficiários foi de 3.504 em 63 municípios, enquanto que em 2016, esse número passou para 3.604 em 65 municípios. Em 2017, a cobertura de municípios passou a ser de 81, com 2.235 agricultores beneficiados.

3.1.2 Índice de Confiança do Empresário Industrial

O cenário maranhense revela aumento da confiança do empresário

O Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão – (ICEI-MA) alcançou 57,4 pontos em maio, assinalando melhora nas avaliações do empresariado acerca do cenário econômico maranhense. Os indicadores do Nordeste e do Brasil permaneceram acima de 50 pontos indicando retomada, ainda que modesta, da confiança do empresário, registrando 53,8 e 53,7 pontos, respectivamente.

Gráfico 9 - Índice de Confiança do Empresário Industrial entre Mai/10 a Mai/17



O Índice da Construção Civil assinalou 57,7 pontos explicando o otimismo do empresariado e na Indústria de Extração e Transformação cresceu 57,2 pontos.

Fonte: FIEMA

A abertura do indicador, no caso do Maranhão, mostra uma importante diferença entre a avaliação das condições atuais, com aumento de 2,6 pontos em relação ao mês anterior. Mesmo

assim, a Construção Civil encerrou o mês com 38,9 pontos e a Indústria de Extração e de Transformação, com 46,4 pontos, ficando abaixo dos 50 pontos. A manutenção desse indicador em patamar pessimista mostra a insegurança crescente dos empresários industriais com o cenário econômico atual diante das turbulências no ambiente político. Nesse sentido, ainda que as expectativas para os próximos seis meses pareçam ser melhores, marcando 63,8 pontos, a possível paralisação dos investimentos federais, assim como a deterioração da conjuntura econômica, pode frear a retomada da produção industrial local.

3.1.3 Financiamento Imobiliário

Financiamento Imobiliário no Maranhão continua em queda, seguindo a tendência regional e nacional

O total de crédito para a aquisição de imóveis no Maranhão registrou recuo de 21,2% no acumulado de janeiro a abril de 2017, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Segundo os dados do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, esse volume alcançou R\$ 19,3 milhões no mês de abril do ano corrente. Nesse ritmo, o Maranhão, Nordeste e o restante do Brasil, devem somar o terceiro ano de resultado negativo neste setor.

Tabela 10 - Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (R\$ Milhões Inflac. IPCA), part. do NE e BR 2002 a 2016, taxa média de cresc. anual 2002 a 2016 (% a.a.), 2017/2016 e taxa de cresc. 2017/2016* (%)

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	96,4	1.365,0	16.234,3	7,1	0,6
2008	149,1	2.111,9	23.522,6	7,1	0,6
2009	274,1	3.380,0	32.782,7	8,1	0,8
2010	404,7	4.921,8	49.192,2	8,2	0,8
2011	645,4	6.701,7	64.902,5	9,6	1,0
2012	831,3	8.472,6	75.329,6	9,8	1,1
2013	945,1	11.226,6	99.829,5	8,4	0,9
2014	1.064,6	11.976,2	99.471,7	8,9	1,1
2015	695,9	8.120,5	61.920,0	8,6	1,1
2016	392,7	5.050,2	36.220,9	7,8	1,1
2016*	139,3	1.579,4	11.144,0	8,8	1,3
2017*	109,7	1.478,7	10.209,7	7,4	1,1
2007 a 2016	16,9	15,6	9,3	-	-
2016/2015	-43,6	-37,8	-41,5	-	-
2017/2016*	-21,2	-6,4	-8,4	-	-

Fonte: SBPE/Bacen *acumulado de janeiro a abril

Devido às altas taxas de juros estabelecidas durante os dois últimos anos, somadas ao baixo crescimento econômico, a venda de imóveis caiu consideravelmente tanto no Maranhão, quanto no Nordeste e no Brasil.

No caso específico da capital maranhense, facilidades atreladas ao programa "Minha Casa, Minha Vida", com valores de até R\$ 180 mil e ofertas de juros reduzidos conseguiram atenuar a queda nas vendas no ano passado.

Segundo a Caixa Econômica Federal, foram contratadas, concluídas e entregues 84.812 unidades, sendo estas distribuídas em 71.991 unidades urbanas e 12.821 unidades rurais, no período de 2009 a 2016.

- Segundo a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), a venda de materiais de construção apresentou uma queda superior a 14%, devido aos feriados ocorridos no mês de abril. Por outro lado, a expectativa para os meses seguintes se manteve, tendo em vista a melhora no acesso ao crédito para reforma e construção.
- Diferente da trajetória observada até o período recente, houve um aumento de 1,68% na taxa de retorno de imóveis comerciais no primeiro trimestre do ano corrente em comparação ao

trimestre anterior, conforme dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acompanhando o reajuste dos aluguéis.

- A Caixa Econômica Federal voltou a suspender o financiamento pelo crédito Pró-Cotista, que proporciona taxas de juros mais baixas para os contribuintes ao FGTS. Ao mesmo tempo aumentou-se a linha de financiamento para imóveis novos de até R\$ 950 mil em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, e para imóveis usados de até R\$ 800 mil para outros estados até o final do ano.
- Outro programa lançado para reaquecer o setor da Construção Civil foi Cartão-Reforma, no qual o governo disponibilizará limite de crédito de até R\$ 5 mil para famílias que recebem até três salários mínimos.

3.1.4 Comércio

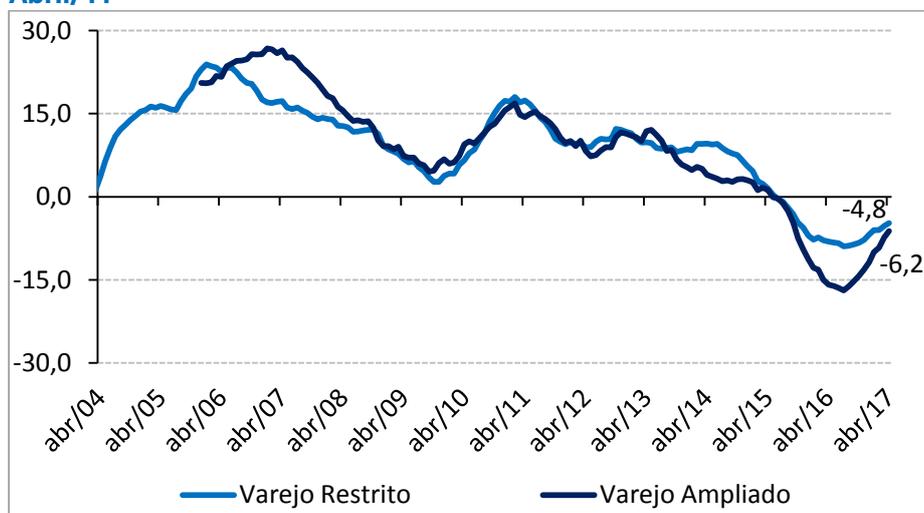
Nos últimos 12 meses, o comércio varejista restrito maranhense apresenta recuo de 6,2%

No mês de abril, o volume do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 1,0% em relação ao mês anterior. Na comparação interanual (com março de 2016) também apresentou expansão (+0,7%). Já no acumulado de 12 meses, o resultado foi negativo (-4,8%), como pode ser visto no

Gráfico 10.

Quanto ao varejo ampliado, este apresentou redução de 1,3% no volume de vendas na comparação com abril de 2016. No acumulado de 12 meses, encerrados em abril, houve queda no volume de vendas (-6,2%), influenciada pelo encolhimento nas vendas de veículos novos de 54,3% contra o período imediatamente anterior, segundo os dados do Departamento de Trânsito do Maranhão – DETRAN-MA.

Gráfico 10 - Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão – Cresc. 12 meses (em %) – Abril/04 a Abril/17



O desempenho do comércio varejista maranhense restrito e ampliado continua sendo impactado pela restrição orçamentária das famílias, decorrente do menor ritmo da atividade econômica e da elevada taxa de desocupação.

Fonte: IBGE, PMC

A trajetória de queda do volume de vendas do varejo ampliado pode ser amenizada ainda

mais ao longo de 2017, por causa de programas do governo estadual, tais como o *Cheque, minha casa*, e o *Rua Digna*, em vigor desde 2017 e a partir de novembro de 2016, respectivamente. O primeiro tem como meta injetar R\$ 20 milhões no setor da construção civil e busca reformar e ampliar as habitações de 4 mil famílias de baixa renda. E o segundo visa executar serviços de pavimentação em vias públicas, pequenas obras e serviços complementares de infraestrutura nos municípios da Ilha de São Luís e nos municípios do Plano Mais IDH, cujos projetos estão orçados em até R\$ 200 mil, abrangendo 34 municípios, totalizando um investimento de R\$ 6,8 milhões.

Contudo, a possibilidade de deterioração das expectativas de crescimento da economia brasileira por conta do aprofundamento da crise político-institucional pode impactar na redução de Transferências Federais ao Maranhão, e como consequência, postergar os investimentos públicos e privados no Estado, o que deverá ocasionar impactos negativos sobre o desempenho do comércio varejista.

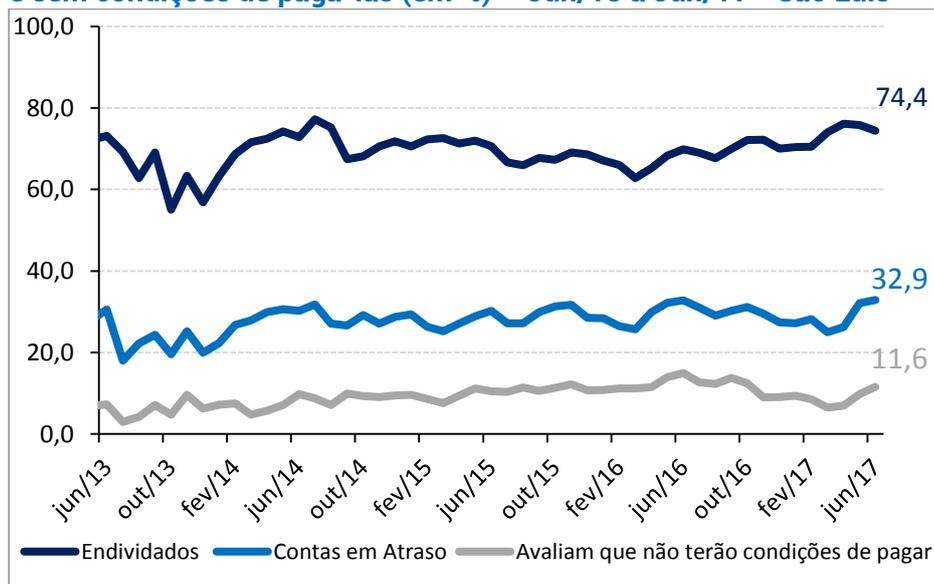
3.1.5 Endividamento

Segundo Fecomércio, 74,4% das famílias ludovicenses estavam endividadas no mês de junho

Os dados da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC, realizada pela Fecomércio, mostraram que as famílias continuam com endividamento em patamar elevado, saiu de 75,8% em maio para 74,4% em junho (**Gráfico 11**).

- O número de famílias que avaliam que não terão condições de pagar (famílias que continuarão inadimplentes) englobou 11,6% das famílias e com contas em atraso (famílias inadimplentes) contemplou 32,9% dos ludovicenses.

Gráfico 11 - Percentual de Famílias Endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) – Jun/13 a Jun/17 - São Luís



A principal modalidade de endividamento das famílias ludovicenses continua sendo o cartão de crédito (79,2%). A perspectiva é que, apenas a médio prazo, os consumidores estejam menos endividados, tendo em vista a nova regra para uso do rotativo do cartão de crédito, que impede o alongamento da dívida por prazo indeterminado.

Fonte: Fecomércio MA.

No mês de maio, observou-se que a inadimplência das famílias (+39,4%) e as que estão com

contas em atraso (22,4%) aumentaram em relação a abril. Já no mês de junho, a variação da quantidade de famílias com contas em atraso (+2,6%) e, sobretudo, das que avaliam que não terão condições de pagar (+18,7%) se elevou em comparação com o mês de maio.

- O crescimento da inadimplência nesses dois últimos meses, coincide com a nova regra do uso do rotativo do cartão de crédito, em vigor desde abril de 2017, por meio da Resolução 4.549 do Banco Central, que tem como objetivo limitar o uso do rotativo pelo prazo máximo de 30 dias;
- Por meio dessa regra, os consumidores, que ao efetuarem o pagamento mínimo ou parcial da fatura no mês de abril, receberam no mês de maio, com vencimento a partir do dia 03, a fatura com proposta de parcelamento do saldo com parcelas fixas e taxas de juros menores;
- No antigo modelo, o pagamento mínimo correspondia a 15% do valor da fatura. Ao pagá-lo, o saldo devedor era financiado até o mês seguinte e era possível continuar a pagar de forma parcial durante os meses subsequentes;
- A nova medida poderá impactar em negatização⁷ do consumidor no curto prazo, pois há necessidade de horizonte temporal maior para que este se reedueque adequadamente ao uso do rotativo do cartão de crédito.

Tendo em vista que a inadimplência e o endividamento em patamar elevado oneram a capacidade de compra das famílias, é importante que estas busquem a melhor forma de refinanciamento de suas dívidas comparando às diversas taxas de juros oferecidas pelo mercado. Somente após desamarrarem o orçamento das dívidas antigas é que conseguirão acessar o mercado por meio do crédito, impactando positivamente as vendas do varejo.

3.1.6 Investimentos

[Investimentos Públicos e Privados em andamento e potenciais no Maranhão somam R\\$ 13 bilhões](#)

Os Investimentos Públicos e Privados em andamento e potenciais no Maranhão somam R\$ 13 bilhões, dos quais R\$ 3,4 bilhões são investimentos Públicos em andamento e previstos e R\$ 9,5 bilhões de iniciativa privada. Os investimentos públicos podem impulsionar o desempenho econômico, gerando renda, alimentando o crescimento da produtividade através da melhoria do capital humano e estimulando o investimento do setor privado. Os Investimentos públicos são constituídos, principalmente, por construção e reformas de rodovias, pontes, escolas, hospitais, institutos de educação, ciência e tecnologia e investimentos em saneamento. Os principais investimentos privados no Maranhão estão na área de energia elétrica, transporte e logística e movimentação portuária, podendo contribuir para a retomada do crescimento.

[Os 10 maiores investimentos privados no Maranhão somam R\\$ 7,2 bilhões e perfazem em sua quase totalidade investimentos no complexo portuário maranhense](#)

⁷ Negatização: nome do devedor, pessoa física ou jurídica, ou do seu avalista no Serviço Central de Proteção ao Crédito – SPC.

Os investimentos Privados totalizam R\$ 9,5 bilhões dos quais os dez maiores correspondem a 75% desse montante. Os novos investimentos, sobretudo, da WTorre e da Vale, devem gerar 5.900 empregos diretos e indiretos.

- O investimento de maior representatividade é o da WTorre, no valor de R\$ 1,7 bilhões. Em abril deste ano, a empresa China Communications Construction Company (CCCC) assinou termo de compromisso com o Grupo WTorre para construção de um Terminal de Uso Privado (TUP), em São Luís fora do poligonal do Porto do Itaqui, que movimentará cargas, tais como: fertilizantes, granéis líquidos, carga geral e contêineres. Estima-se que as obras se iniciem no segundo semestre de 2017 e que o TUP leve três anos para iniciar as operações.

Tabela 11 - Dez maiores investimentos em andamento e previstos para o Maranhão em 2017-2018

Projeto	Investimento Estimado (R\$ milhões)	Município
Terminal da WTORRE	1.700	São Luís
Ômega Energia	1.500	Paulino Neves
Ferrovias Norte Sul S.A.	1.277	Maranhão
Suzano Papel e Celulose	1.100	Imperatriz
Terminal de granel sólido no Porto do Itaqui	333	Maranhão
DECAL	300	São Luís
Novo acesso ferroviário no Porto do Itaqui	280	São Luís
Usina de Pelotização da VALE	250	São Luís
Terminal de Tancagem da ULTRACARGO	242	São Luís
Terminal de Papel e Celulose	221	São Luís
Total	7.203	

Fonte: SEINC; SINFRA; SEPLAN; IMESC

- A Vale planeja retomar as operações da planta de Pelotização de São Luís que não opera desde outubro de 2012. O projeto está previsto para agosto de 2018 e as obras de revitalização da planta já foram iniciadas gerando 377 empregos na montagem de instalações industriais. Projeta-se que nessa fase sejam gerados 700 empregos diretos e 200 empregos quando entrar em operação.
- Ressalta-se que alguns desses investimentos já estão em fase de conclusão, como é o caso do complexo Eólico Delta 3 da Ômega Energia, orçado em R\$ 1,5 bilhões (**Tabela 11**
- **Tabela 11**). O projeto está em fase final de instalação com 60% das obras concluídas. Segundo estimativas da empresa, o início das operações está previsto para o 3º trimestre de 2017.

Os investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhões para expansão e adaptação deverão aumentar o volume de cargas movimentadas no Porto do Itaqui

Os investimentos destinados ao Porto do Itaqui até o ano de 2020 perfazem R\$ 1,5 bilhões, divididos entre Recursos Próprios por meio dos reinvestimentos dos lucros da Empresa

Maranhense de Administração Portuária – EMAP (R\$ 121,1 milhões), Recursos Federais, e Investimentos Privados no montante de R\$ 1,4 bilhões. De acordo com a **Tabela 12**, os investimentos em andamento correspondem a 18,2% (R\$276,2 milhões), enquanto os investimentos a iniciar representam 81,8% (R\$ 1.241,8 bilhões).

Tabela 12 - Investimentos Públicos e Privados no Porto do Itaqui em andamento e previsto para 2017

Descrição	Em andamento	A iniciar	Data de início	Previsão de Entrega
Privado	242,00	1.155,04		
Expansão do Terminal de Tancagem da Ultracargo	242,00	-	Nov/16	-
Construção do terminal de granel sólido	-	332,50	-	-
Novo acesso ferroviário no Porto do Itaqui	-	280,00	-	-
Terminal de Papel e Celulose	-	221,00	2018	2019
Construção do Berço 99	-	160,00	Dez/17	Set/19
Automatização na elaboração de descarga de fertilizantes	-	80,00	-	-
Segunda fase do Tegram	-	76,54	2017	2018
Berço 108 - Projeto complementar - instalação de dutos	-	5,00	Jun/17	Out/17
Público	34,26	86,84		
Revitalização do sistema de combate a incêndio berços 100 a 108	15,00	-	Jan/17	2017
Construção do Novo Terminal de Passageiros do Cujupe	12,62	-	Fev/17	Mar/18
Substituição das torres de iluminação da área primária do Porto	2,73	-	Mar/17	Out/17
Portaria avançada	1,39	-	Dez/16	Set/17
Construção de unidade de segurança pública	1,31	-	Fev/17	Ago/17
Berço 108 - Projeto complementar - elétrico	0,97	-	Mar/17	Jun/17
Berço 108 - Projeto complementar - banheiros	0,25	-	Fev/17	Jun/17
VTMIS	-	35,00	2018	2020
Recuperação estrutural de berços	-	24,60	2018	2020
PORTOLOG	-	18,00	2017	2019
Pavimentação das Áreas G e H	-	9,24	Jun/17	Out/18
Total Geral	276,26	1.241,88		1.518,15

Fonte: EMAP; IMESC

- Dentre os investimentos em andamento, têm-se os projetos complementares do Berço 108 que correspondem a instalações elétricas e de banheiros (R\$ 1,21 milhões). A previsão é de que o berço entre em operação no segundo semestre de 2017. Haverá também a revitalização do sistema de incêndio do berço (R\$ 14,9 milhões), juntamente com o berço 100, com início planejado para junho, além da instalação de dutos (R\$ 5 milhões) proveniente de recursos privados, com previsão de entrega para outubro de 2017.
- Com terraplenagem em andamento, a empresa Ultracargo está investindo em nova área para armazenagem de combustíveis no Porto do Itaqui. O investimento é de R\$ 242 milhões, com previsão de aumento em 30% da capacidade de movimentação de granéis líquidos.
- Os principais investimentos previstos para os próximos anos são a construção do terminal de granel sólido e a construção do terminal de papel e celulose, que juntos totalizam R\$ 553,5 milhões, representam 36,5% dos investimentos totais no porto.

Os planos de investimentos dos setores públicos e privados da EMAP, se concretizados, irão contribuir para o aumento da movimentação de cargas gerais, graneis sólidos e líquidos; expansão da infraestrutura; segurança do Porto do Itaqui; e operacionalização de navios com maior capacidade de armazenamento, o que reduz o custo do frete por tonelada.

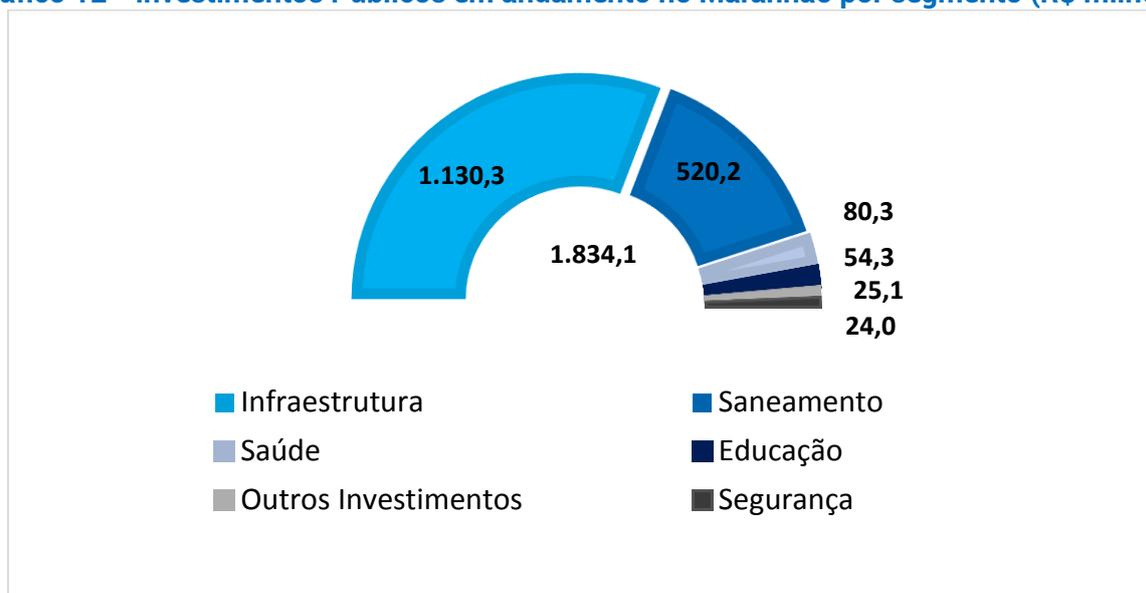
As obras públicas do Governo do Maranhão em andamento somam R\$ 1,83 bilhão com prazo final de entrega até o ano de 2018

Os Investimentos Públicos em andamento no Maranhão totalizam R\$ 1,83 bilhões e estão distribuídos entre os segmentos de infraestrutura, educação, saúde, segurança, saneamento e assistência social (**Gráfico 12**).

A expansão e melhoria da infraestrutura com obras públicas é um dos focos do governo. Esse segmento corresponde a 61,6% dos investimentos públicos, constituído, principalmente, por projetos de pavimentação, construção e melhorias de rodovias. Prevê-se a entrega de 17 trechos rodoviários que juntos somam R\$ 736,8 milhões até dezembro de 2017.

- Uma das obras de maior representatividade (R\$ 81,4 milhões) e extensão (65,7 quilômetros) é a pavimentação do trecho conhecido como Anel da soja, ligando a cidade de Balsas na Rodovia MA-140 ao entroncamento da Rodovia MA-007, no povoado Ouro. Segundo dados da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA, a conclusão do trecho está prevista para novembro de 2017. Isso porque já foram realizadas a pavimentação, aplicação de meio-fio e drenagem em 55,22 quilômetros, dessa forma a obra teve avanço físico de 84%.

Gráfico 12 - Investimentos Públicos em andamento no Maranhão por segmento (R\$ milhões)



Fonte: SINFRA; SEINC; SSP; SES; SEDES; EMAP; IMESC

Na área da saúde, estão em andamento a construção, reforma ou ampliação de 18 hospitais, orçados inicialmente em R\$ 114,9 milhões. Desse montante, já foi executado R\$ 34,7 milhões e a

previsão é de que as obras sejam entregues até dezembro de 2018.

- O principal investimento é a ampliação do Hospital Carlos Macieira em São Luís (Hospital de Alta Complexidade), com investimento inicial de R\$ 49,7 milhões. Informações da Secretaria de Saúde mostram que 31% da obra está concluída que mantém estimativa de entrega em dezembro de 2017.

Por meio da Secretaria de Segurança Pública, os investimentos em andamento correspondem ao aparelhamento e reaparelhamento de 19 delegacias especializadas no atendimento à mulher, aquisição de armamentos para as polícias Civil e Militar, estruturação de conselhos comunitários pela paz e o projeto Pacto pela Paz. Esses investimentos perfazem R\$ 23,5 milhões, com conclusão prevista para dezembro de 2017.

- O projeto Pacto pela Paz corresponde a 84% do que está sendo investido e reúne uma série de ações para reestruturação da Segurança Pública do Maranhão. Tem como objetivo concessões de viaturas para as polícias civil e militar, além de contratação de mais policiais, promoções, investimentos em formação profissional, tecnologia e infraestrutura.

Além dos investimentos em andamento, os investimentos públicos previstos somam R\$ 1,64 bilhões e concentram-se principalmente nas áreas de saneamento básico e infraestrutura. Serão investidos mais R\$ 1,2 bilhões em pontes e rodovias por meio da Secretaria de Infraestrutura-SINFRA.

[Os investimentos em saneamento no Maranhão correspondem principalmente aos programas Mais Saneamento e Água para Todos](#)

Investimentos em Saneamento são também os mais expressivos no Estado devido ao montante do recurso designado à Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA. No total foram destinados, desde 2012, o montante de R\$ 2,3 bilhões nos programas Mais Saneamento e Água para Todos, dos quais R\$ 1,6 bilhões já foram executados.

Tabela 13 - Investimentos da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA no Estado de 2015 a 2018 (R\$ milhões)

Programa	Investimento	Valor Pago	A iniciar	Concluído	Em andamento	Paralisado	Sem Status
Mais Saneamento	392,56	157,20	74,59	1,52	316,46	-	-
(%)	100,00	40,04	19,00	0,39	80,61	-	-
Água para todos	1.904,19	1.482,81	206,02	1.466,81	203,70	10,95	16,72
(%)	100,00	77,87	10,82	77,03	10,70	0,58	0,88

Fonte: CAEMA; IMESC

- O Programa Mais Saneamento visa promover avanços no tratamento de esgoto e despoluição de rios e praias no Maranhão e também realiza a implantação de kits sanitários. A meta estabelecida é elevar o índice de tratamento de esgoto de São Luís em até 70% até 2018. O principal investimento nesse programa é o Esgotamento Sanitário no Sistema Vinhais, no valor de R\$ 72,9 milhões, com 3 estações elevatórias, 1 estação de tratamento,

2,2 km de linha de recalque, 11,5 km de interceptores, 8,24 km de rede coletora, ligações prediais e kits sanitários. A execução física da obra está em 89%, que tem previsão de entrega até agosto de 2018.

- O Programa Água para Todos consiste na instalação de poços e implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água. Paralelamente, o projeto investe no remanejamento da adutora Italuís que está com 95% das obras concluídas. Os investimentos paralisados correspondem a 0,58% do total e são integrados, principalmente, por perfurações de poços.
- Os investimentos do Governo do Estado por meio da Caema têm contribuído para a melhoria do saneamento básico e da saúde pública nos municípios maranhenses.

As perspectivas para os investimentos públicos e privados no estado são bastante cautelosas, levando-se em consideração o acirramento da crise político-institucional. Um Teste de Stress⁸ para os investimentos mostra que o Estado deve deixar de receber R\$ 443,6 milhões no curto prazo, entre os investimentos com recursos federais assim como a possível postergação de R\$ 26,75 bilhões de investimentos privados no médio e longo prazos.

Tabela 14 - Investimentos no Maranhão que podem ser afetados pelo cenário político do Brasil

Projeto	Investimento (R\$ milhões)	Recurso
Refinaria Petroquímica do Brasil S/A & Porto do Mearim	17.000,0	Privado
Siderurgia	9.750,0	Privado
Duplicação da BR-135	354,6	Governo Federal
BR-226 e BR-316	88,5	Governo Federal
Total	27.193,1	

Fonte: SEPE; IMESC

Uma possível postergação dos investimentos privados potenciais envolvem a construção de uma Siderúrgica chinesa, uma Refinaria Petroquímica com engenharia indiana e do Porto do Mearim no município de Bacabeira. Esses projetos de investimentos encontram-se em fase de estudo de viabilidade e licenciamento ambiental. Porém, o clima de incertezas vivido pelo Brasil afasta o interesse dos investidores, fato comprovado até então pelo cancelamento da visita do presidente mundial da empresa Indiana Engineers India Ltda, responsável pelas obras da Refinaria Petroquímica ao Estado do Maranhão.

3.1.7 Produto Interno Bruto

Previsão de safra foi maior responsável pela retomada no crescimento do PIB do Maranhão

Em virtude do agravamento da crise político-institucional, após delações da JBS, o cenário de retomada da atividade econômica em 2016 tornou-se mais incerto, tendo em vista o aumento de incertezas dos agentes de mercado em relação a capacidade do Governo Temer de avançar nas

⁸ Baseado na simulação dos cenários que levam em consideração os investimentos em andamento e potenciais.

reformas fiscais, em especial no caso da Previdência. Como desdobramentos deste quadro de deterioração da confiança, prevê-se a redução/adiamento de parte dos investimentos públicos e privados planejados e em andamento.

Diante deste cenário no âmbito nacional, a projeção realizada pelo IMESC para o Produto Interno Bruto do Maranhão de 2017, sofreu revisão para baixo. O crescimento projetado é de 2,2% contra 2,7%, divulgado no primeiro trimestre de 2017 (**Tabela 15**).

A abertura da economia maranhense, segundo os setores de atividade, apresenta as principais mudanças que convergiram para a alteração da projeção do PIB.

Tabela 15 - Taxa de Crescimento real do PIB - 2017 a 2018

INDICADORES	Projeções até 17/05		Projeções após 17/05	
	2017	2018	2017	2018
Crescimento do PIB %	2,7	2,9	2,2	1,6
VA da Agropecuária (%)	16,5	6,0	19,5	4,0
VA da Indústria (%)	1,0	3,9	-0,3	2,0
VA de Serviços (%)	0,5	2,0	-0,4	1,0

Fonte: IMESC (*) Elaboração própria

Agropecuária: previsão de safra apresenta convergência para superprodução de grãos no Estado em 2017

Na agropecuária, espera-se rápida recuperação do setor, tendo em vista a tendência de aumento no preço das *commodities* agrícolas exportadas pelo Estado e o início antecipado do período chuvoso, que possibilitou a antecipação do plantio e, por consequência, tenderá a melhorar também a produção da segunda safra, posto que poderá ser plantada em um período do primeiro semestre em que o índice pluviométrico é maior.

Dentre as lavouras avaliadas pelo IBGE, cujos resultados foram divulgados no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de janeiro de 2017, todas tenderão a apresentar crescimento na produção, sendo que na comparação ao ano anterior, os cultivos que apresentaram prognóstico de safra mais proeminente foram:

- Sorgo, milho e soja, cujas estimativas apresentaram crescimentos de 490,3%, 139,9% e 100,4%, respectivamente, em 2017, na comparação com o ano anterior.
- Tendo em vista que já estamos no final do primeiro semestre do ano civil, grande parte do prognóstico previsto já pode ser avaliado como realizado, o que robustece o impacto positivo do setor agropecuário na economia maranhense. Diante disso, e considerando a revisão para cima da previsão de safra de 2017, o crescimento VA bruto do setor agrícola foi revisto para 19,5% contra 16,5% apresentado no primeiro trimestre de 2017.

Indústria: apesar dos investimentos previstos, o risco de postergação ou de desaceleração do ritmo das obras em andamento são os fatores que mais pesam para a revisão do desempenho do setor

No caso do setor industrial, chama-se a atenção para o volume de Investimentos potenciais

e em andamento, tanto públicos quanto privados que totalizam R\$ 13 bilhões.

- Concentrados nas atividades de energia elétrica, transporte e logística e movimentação portuária, existem investimentos que estão em andamento e outros com tempo de execução até 2020. Deste modo, podem contribuir para a retomada do crescimento, mas em decorrência do agravamento da crise político-institucional, existe o risco de diminuição do ritmo de andamento das obras e de postergação de investimentos.
- No caso da Construção Civil, registrou-se queda de 21,2% no volume de financiamentos para aquisição de imóveis no 1º quadrimestre de 2017 contra o mesmo período do ano anterior, que somadas a diminuição dos investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida tenderão a agravar a situação do setor.
- Com base nos fatores elencados, e considerando o cenário pessimista, o resultado do VA da Indústria foi realizado para baixo, -0,3% contra 1,0% que havia sido apresentado no primeiro trimestre de 2017.

Serviços: Projeta-se resultado negativo de -0,4% em 2017

Para o setor de Serviços, projeta-se resultado negativo de -0,4% em 2017, contra 0,5% de crescimento, divulgado no primeiro trimestre.

Apesar da tendência de recuperação do volume de vendas do comércio, o 1º quadrimestre de 2017 apresentou saldo de contratações líquidas negativo em todos os setores, principalmente no Comércio e na Construção Civil. Considerando o total de ocupações, a PNAD Contínua mostra uma leve recuperação da massa de rendimentos salarial, mas uma sensível diminuição das ocupações. Além disso, a possível diminuição dos repasses de recursos federais para os demais entes federativos pode impactar negativamente na massa de rendimentos salarial e, por consequência, contribuir para estagnar a tendência de recuperação do setor terciário.

Portanto, caso se confirmem as projeções para o cenário nacional, a retomada do crescimento estadual será prejudicada em 2017 e em 2018. Em 2018 houve revisão da projeção de crescimento de 2,9% para 1,6%.

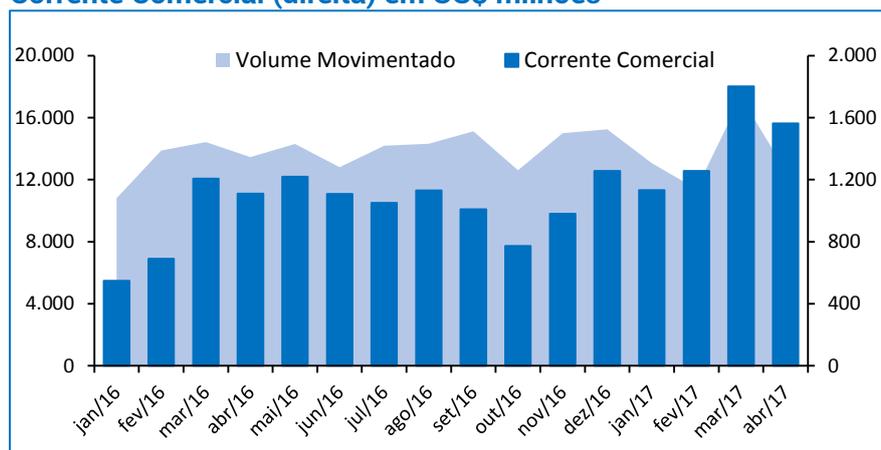
3.2 Comércio Exterior e Movimentação Portuária

3.2.1 Movimentação Portuária

Movimentação de Cargas no Complexo Portuário continua crescente em 2017, minérios e soja são os principais responsáveis

No complexo portuário de São Luís, o volume de cargas movimentado somou 54,4 bilhões de toneladas, incremento de 3,4% no acumulado do ano até abril de 2017 em relação ao mesmo período do ano passado, registrando a cifra de US\$ 5,8 bilhões (+61,8%). Esse crescimento adveio essencialmente de maiores exportações dos Estados do Pará e Maranhão.

Gráfico 13 - Movimentação Portuária do Complexo São Luís, Volume Movimentação (esquerda) em milhões/toneladas e Corrente Comercial (direita) em US\$ milhões



Além do minério de ferro, o minério de cobre paraense também registrou crescimento devido a melhora do preço e atingiu US\$ 536,9 milhões (+18,1%) com 265 milhões/ton (+1,4%) exportadas. Outro destaque positivo encontra-se na maior exportação de Soja (US\$ 1,6 bilhões/ton) com a recuperação da safra e consequente maiores exportações dos Estados de Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

Fonte: MDIC

- O Pará destaca-se como maior exportador de minério de ferro via complexo portuário. No acumulado do ano, esse produto representou 86,9% da carga total e 49,2% do valor do complexo. Além disso, continua crescendo em quantidade (+3,8%) e em valor (+159,8%) em relação ao ano anterior. A commodity vem sendo impactada positivamente pela elevação da cotação internacional, mantendo-se acima do preço médio registrado em 2016 durante os cinco primeiros meses de 2017.
- Já as importações do complexo movimentaram 3,2 bilhões/t (+22,3%) e cifra US\$ 1,9 bilhões (+19,4%) no acumulado do ano. O resultado positivo adveio de maiores importações do Maranhão (+14,1%); Tocantins (+292,9%); São Paulo (+2348,5%)⁹; Mato Grosso (+57,4%); e Piauí (+309,5%).

Com base nos dados atuais, espera-se expansão nas cargas movimentadas para o Complexo Portuário de São Luís em relação ao ano anterior, devendo favorecer o Estado do Maranhão em dois aspectos principais. 1) arrecadação via importações e transporte interestadual de mercadorias; 2) expansão dos investimentos portuários, abrindo espaço para obras de infraestrutura, gerando empregos e atraindo novas empresas que atuem no mercado internacional.

3.2.2 Comércio Exterior

Exportações crescem com maior safra de soja e preço do minério de ferro, mas preço do petróleo e compras de etanol proporcionam maiores importações e acumulado até abril fica deficitário

No acumulado do ano encerrado em abril de 2017, a balança comercial maranhense registrou déficit de US\$ 153,3 milhões, alta de US\$ 112,3 milhões maior do que o mesmo período do ano passado. O maior saldo negativo, derivou do crescimento das importações (+31,1%) de Álcool/etanol e Combustíveis e Lubrificantes, que proporcionaram taxas superiores à das exportações (+17,2%) (Tabela 16).

⁹ Saiu de US\$ 3,3 milhões para US\$ 80,8 milhões; sendo US\$ 66,8 milhões de Gasóleo (óleo diesel) em US\$ 14 milhões Gasolina.

Tabela 16 - Balança Comercial Maranhense de 2010 até 2017*, Valores em US\$ milhões e Var. em (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial	A-B (Var %)
2010	2.920,3	-	-3.817,1	-	-896,8	6.737,4	-
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2016	2.209,8	-27,6	-2.101,6	-42,0	108,2	4.311,4	-35,4
2016*	709,2	-	-750,5	-	-41,3	1.459,7	-
2017*	830,9	17,2	-984,2	31,1	-153,3	1.815,2	24,3

Fonte: MDIC *acumulado de janeiro até abril

Na pauta de exportações do Estado, o crescimento de US\$ 121,7 milhões no valor deriva essencialmente de dois fatores: 1) da melhora dos preços internacionais das *commodities* metálicas, que elevou o valor das exportações de Alumina Calcificada para US\$ 394,5 milhões (+45,6%) e de Ferro Gusa para US\$ 66,7 milhões (+35,7%), mesmo com redução na quantidade exportada destes produtos; e 2) da retomada da produção agrícola, sobretudo no Complexo de Soja, em virtude da normalização das chuvas na região produtora, possibilitando a recuperação da produção graneleira, que exportou no período 409,6 mil/t (+29,4%) sob a cifra de US\$ 157,1 milhões, divididos em soja, mesmo triturada e Resíduos e "pellets" de soja (Tabela 17).

Tabela 17 - Principais Produtos presentes na Pauta de Exportações Maranhenses de 2016 a 2017* (Valores em US\$ milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.

Produtos	2016		2016*		2017*		Cresc (%) 2016*/2015*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	2.209,8	7.317,2	709,2	2.384,6	830,9	2.286,6	17,2	-4,1
Alumina Calcificada	899,0	3.751,8	271,0	1.239,1	394,5	1.198,5	45,6	-3,3
Complexo Soja	381,4	1.011,6	112,4	316,5	157,1	409,6	39,7	29,4
Soja, mesmo triturada	355,1	941,6	108,7	306,5	148,1	382,1	36,2	24,7
Resíduos e "pellets" de soja	26,2	70,0	3,7	10,0	9,0	27,5	141,3	175,0
Óleo de Soja ¹	76,9	60,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pasta de Celulose	581,4	1.383,1	237,7	490,9	188,7	460,8	-20,6	-6,1
Complexo Ferro	203,4	896,7	49,2	265,3	66,7	200,2	35,7	-24,5
Ferro Gusa	196,9	881,1	49,2	265,3	66,7	200,2	35,7	-24,5
Semimanuf.de Ferro/Aço	6,5	15,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Milho	22,0	131,4	6,1	35,3	1,4	8,2	-77,6	-76,7
Algodão Debulhado	47,4	31,3	14,1	9,7	10,1	5,6	-28,7	-42,3
Complexo Bovino	32,8	11,2	10,2	3,7	7,9	1,9	-22,3	-47,1
Boi em pé	8,9	5,5	2,7	1,7	0,0	0,0	-100	-100
Carnes Congeladas	17,2	4,2	5,4	1,3	6,1	1,4	13,5	10,0
Couros	6,3	1,4	2,1	0,6	1,6	0,4	-24,3	-29,6
Outros	49,0	115,7	8,4	24,1	4,5	1,8	-46,4	-92,7

Fonte: MDIC *acumulado de janeiro a abril

- Por outro lado, alguns produtos apresentaram redução, com destaque para o milho (-86,7%) e para o algodão debulhado (-42,3%). Esses produtos tiveram as segundas safras

antecipadas devido ao clima do ano passado, conseqüentemente, divergindo do ano corrente em que o produto deve ser colhido entre as safras da soja, devendo ser exportado mais tarde, tendo em vista a maior produção estimada em ambos os produtos dentro do Estado.

- Os resultados negativos também foram registrados nas exportações de pasta de celulose, que registraram redução de 6,1% na quantidade e de 20,6% no valor. A quebra na exportação deu-se em função de paralisações programadas para manutenção, enquanto o valor deu-se via queda dos preços internacionais.
- No Complexo Bovino, a principal redução ocorreu em exportações de boi em pé, que ainda não teve registro no ano corrente, antes, advindos do município de Matões do Norte. Ressalta-se que o setor Bovino vem sendo incentivado pelo Governo do Estado e já tem chamado a atenção de empresas e promessas de investimento para o ano corrente e o próximo, a exemplo da Origine Group, com previsão de instalação no município de Estreito e voltada aos mercados árabes, europeu e americano. A etapa de confinamento das espécies a serem abatidas já está em andamento, com geração de 100 postos de trabalho e prevê capacitação de 2.000 pessoas na região.
- O adensamento das cadeias produtivas é uma das metas do atual governo, e dentre os produtos exportados, as Carnes Congeladas vem apresentando os melhores resultados e já neste ano somou US\$ 6,1 milhões (+13,5%) e 1,4 mil/t (+10%).

Nas importações, o crescimento de US\$ 233,7 milhões (+31,1%) aconteceu em todas as Categorias de Uso, exceto Bens de Capital. Nesta categoria, as importações recuaram 82,2% devido a menores compras de equipamentos estrangeiros, sobretudo, trilhos e equipamentos de transporte inerentes ao projeto S11D da Vale S/A encontrar-se em estágio ainda mais avançado no Maranhão (86%) com previsão de conclusão revisada para 2018/19. Na tendência contrária, o aumento do valor importado decorreu essencialmente dos Bens Intermediários (+140,7%) e Combustíveis e Lubrificantes (+2,3%).

Tabela 18 - Pauta Anual das Importações maranhenses por Categoria de Uso de 2015 a 2017*, participação do total e variação (Valores em FOB US\$ milhões e Participação e Variação em %)

CATEGORIA	2016		2016*		2017*		Var % 17/16
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	2.101,6	100,0	750,5	100,0	984,2	100,0	31,1
Bens de Capital	114,7	5,5	62,8	8,4	11,2	1,1	-82,2
Bens de Capital	93,9	4,5	61,4	8,2	11,2	1,1	-81,8
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	20,8	1,0	1,4	0,2	0,0	0,0	-100,0
Bens Intermediários	739,9	35,2	188,4	25,1	453,3	46,1	140,7
Insumos Industriais	714,5	34,0	178,4	23,8	446,6	45,4	150,3
Alimentos e Beb. Destinados à Ind.	21,7	1,0	7,4	1,0	5,6	0,6	-23,4
Peças e Acess. Equip. de Transporte	3,7	0,2	2,6	0,3	1,1	0,1	-58,8
Bens diversos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bens de Consumo	20,7	1,0	2,6	0,4	11,5	1,2	335,4
Bens de Consumo Duráveis	19,9	0,9	2,4	0,3	11,1	1,1	357,6
Bens de Consumo Não Duráveis	0,8	0,0	0,2	0,0	0,4	0,0	94,5
Combustíveis e Lubrificantes	1.226,2	58,3	496,7	66,2	508,2	51,6	2,3

Fonte: MDIC *acumulado de janeiro até abril

- Em Bens Intermediários, os Insumos Industriais foram os que apresentaram maior crescimento (+150,3%) na mesma base de comparação. Dentro desta rubrica, o produto em evidência foi o Álcool/Etanol que somou US\$ 288,3 milhões (+642,6%) e 451 mil toneladas (+539,7%).
- O crescimento das importações deste produto advém de uma série de fatores, dentre os quais destacam-se: a) nova política de exportação de *commodities* nos EUA, que reduziu a carga tributária dos produtores, consequentemente, os custos de produção e facilitou as exportações; b) desabastecimento do mercado nacional de etanol devido ao diferencial de preços que tornam o etanol brasileiro menos competitivo que outros combustíveis; c) destino da cana-de-açúcar sobretudo para produção de açúcar, não aquecendo a oferta interna de etanol; d) esgotamento dos estoques dos importadores do produto; e e) câmbio mais favorável em relação ao mesmo período do ano passado¹⁰.

Tabela 19 - Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2016* e 2017*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Var (%)

Produtos	2016*		2017*		Var. 2017*/2016*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)
Combustíveis e Lubrificantes	496,73	1.568,98	508,18	1.437,52	2,3	-8,4
Diesel	278,31	727,40	258,37	560,32	-7,2	-23,0
Outras Gasolinas ¹	167,37	408,34	216,68	437,39	29,5	7,1
Hulha betuminosa	20,90	370,51	33,13	439,81	58,5	18,7
Outros	30,15	62,73	0,00	0,00	-100,0	-100,0
Álcool/Etanol	38,82	70,50	288,26	451,03	642,6	539,7
Fertilizantes	46,30	170,33	78,36	319,89	69,3	87,8
ADP ²	20,10	58,06	34,54	117,08	71,8	101,7
Cloretos de Potássio	10,85	44,36	26,21	120,32	141,5	171,2
Superfosfatos	3,37	21,40	7,43	37,29	120,8	74,2
Ureia	11,97	46,51	10,18	45,21	-14,9	-2,8
Outros Produtos	168,64	653,22	109,45	572,34	-35,1	-12,4
Total Importado	750,49	2.463,04	984,25	2.780,78	31,1	12,9

Fonte: MDIC; *acumulado de janeiro até abril; ¹ Gasolinas para abastecimento de postos e Pastas Térmicas; exceto para aviação. ²Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

- Quanto aos Combustíveis e Lubrificantes, embora as compras de Diesel tenham caído 23,0%, a elevação nos preços internacionais do petróleo reduziu o impacto diminutivo no valor importado. De forma semelhante, ascendeu as importações Outras Gasolinas (+29,5%) e Hulha Betuminosa (+58,5%) para além do incremento quantitativo dos produtos.
- Quanto aos Fertilizantes houve crescimento no quantum importado de 87,8%, registrando 319,9 mil/t e a cifra de US\$ 78,4 milhões (+69,3%). A demanda pelo produto cresceu em função das safras, do câmbio favorável e acompanhou as quedas dos preços internacionais do ADP e do Cloreto de Potássio, principais fertilizantes comprados pelo Maranhão.

Quanto às perspectivas para a Balança Comercial neste ano e em 2018; espera-se que haja crescimento substancial nas exportações em ambos os anos. Contudo, o saldo deverá ser

¹⁰ O preço mensal médio do dólar em reais até abril do ano passado estava cotado em R\$ 3,76 e no ano corrente o mesmo período registrou R\$ 3,16.

deficitário, visando, crescimento superior nas importações de *combustíveis e lubrificantes*, tanto em preço como em *quantum*.

- Nas exportações, o crescimento deverá vir a partir da perspectiva de valorização do dólar, estimulando os exportadores; da manutenção dos preços das *commodities* metálicas acima do patamar de 2015/2016; das expectativas de recorde na safra de grãos; e dos novos investimentos esperados para o complexo bovino, a revitalização da Pelotização da Vale S/A em São Luís e a indústria de papel *tissue* da Suzano S/A, ambos previstos para entrar em operação em 2018.
- Nas importações, a desvalorização da taxa de câmbio poderá afetar marginalmente as importações. Contudo, não deverá ter tantos impactos sobre os insumos essenciais e sobre os combustíveis e lubrificantes, que inclusive, deverão ficar mais caros nos próximos anos. Não obstante, a Vale utilizará Óleo Combustível BPF na Usina de pelotização, cerca de 17kg/t de pelota produzida, que sob a estimativa de produção anual de 7 milhões de toneladas ano deve movimentar cerca 119 mil ton de BPF/ano.

Diante deste cenário, espera-se maior diversificação da pauta de exportações maranhenses. Além disso, o crescimento nas importações, sobretudo de combustíveis, possui impactos significativos na arrecadação Estadual de ICMS, que poderá crescer tanto em função do encarecimento do produto via câmbio e preço, como da expansão quantitativa estimada para o quarto trimestre de 2018 e 2019.

3.3 Mercado de Trabalho

Emprego formal maranhense fecha 6 mil vagas entre janeiro e maio de 2017, marcando uma atenuação de 6,9 mil demissões líquidas em relação ao mesmo período do ano passado. Contudo, em maio deste ano foram gerados 782 postos de trabalho, o primeiro resultado positivo do ano. Em relação a taxa de desocupação, o Estado apresentou elevação no indicador novamente, atingindo 15,0% no primeiro trimestre de 2017, recorde da série iniciada em 2012

Segundo dados do CAGED relativos ao emprego formal, o Maranhão registrou o fechamento de 6 mil vagas entre janeiro a maio de 2017, entretanto, isso representa uma atenuação de 6,9 mil demissões líquidas em relação ao mesmo período do ano passado. Considerando a abertura setorial, destaca-se o impacto negativo proveniente dos setores Comércio (-3,8 mil) e Construção Civil (-2 mil).

De acordo com os dados da Pnad Contínua, a taxa de desocupação no Maranhão seguiu trajetória crescente desde o quarto trimestre de 2015, tendo marcado 15,0% no primeiro trimestre de 2017. Além disso, o número de ocupados caiu 9,0% na mesma base de comparação, o correspondente a 231 mil trabalhadores. Desse contingente, 196 mil concentraram-se na agropecuária, sendo 170,9 mil trabalhadores por conta própria, que empregavam esforços principalmente do cultivo de mandioca.

No que se refere à massa de rendimentos reais em 2017, observou-se, no Maranhão, aumento de 1,8% com relação ao ano anterior, patamar inferior ao registrado no país, no mesmo

período de referência. Por outro lado, verificou-se alta no rendimento médio real da população ocupada (+9,6%), superando o registro nacional (+2,5%). A queda no número de ocupados com baixo rendimento pode ter possibilitado esse melhor resultado no plano estadual.

Nos Estados do Nordeste, somente a Bahia, Piauí e Maranhão registraram saldo positivo de empregos celetistas para o mês de maio de 2017. Contudo, verifica-se recuperação dos resultados em todos os Estados na comparação com o mesmo período do ano passado.

Tabela 20 - Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado* de 2016 e 2017; saldo mensal e variação absoluta

Localidade	2016	2017	mai/16 (a)	mai/17 (b)	Var. absoluta (b-a)
1º Bahia	-20.846	6.203	-6.052	2.966	9.018
2º Piauí	-8.285	186	-1.043	836	1.879
3º Maranhão	-13.052	-6.092	-196	782	978
4º Sergipe	-11.113	-6.449	-1.563	-133	1.430
5º Alagoas	-31.330	-32.720	-813	-151	662
6º Pernambuco	-49.001	-34.290	-3.443	-195	3.248
7º Rio Grande do Norte	-14.230	-5.376	-2.100	-202	1.898
8º Paraíba	-12.602	-10.321	-2.031	-591	1.440
9º Ceará	-22.374	-14.816	-2.906	-2.940	-34

Fonte: CAGED – MTE. * Acumulado de Janeiro a maio, com ajustes até abril

O Maranhão registrou 782 contratações líquidas em maio de 2017, configurando-se no melhor resultado desde 2012 para esse mês, quando foram geradas 1,7 mil vagas. Considerando a abertura setorial, houve desempenho positivo em seis setores de atividade econômica, com a abertura de vagas sendo puxada pela Agropecuária (+409), especialmente no cultivo de cana-de-açúcar (+841); Serviços (+392), principalmente no segmento de Transporte Ferroviário de Carga (+126) e Indústria de Transformação (+346), cuja atividade Produção de álcool (+487) foi destaque (**Tabela 21**).

Destaca-se também os desempenhos na criação de emprego formal nos setores Construção Civil (+318) e Administração Pública (+168) em maio deste ano, com predominância nas atividades Montagem de Instalações Industriais e de Estruturas Metálicas (+156) e Regulação das Atividades de Saúde, Educação, Serviços Culturais e Outros Serviços Sociais (+183), respectivamente. Tais resultados são provenientes de São Luís, sendo que o desempenho do primeiro segmento ligado a obras de Infraestrutura (+252), foi influenciado diretamente pelas contratações provenientes da obra de revitalização da usina de Pelotização da Vale, que anunciou a contratação de 700 empregos nesta fase, ainda em 2017.

- No que se refere ao resultado do acumulado de 2017, foi registrada a eliminação de cerca de 6 mil vagas, entretanto, isso representa uma atenuação de 6,9 mil demissões líquidas em relação ao mesmo período do ano passado.

- No tocante à distribuição setorial, as demissões líquidas foram puxadas pelo setor Comércio (-3,8 mil) e pela Construção Civil (-2 mil). Por outro lado, dentre os quatro setores com desempenho positivo, os Serviços (+482) apresentaram a melhor performance.

Tabela 21 - Maranhão: Geração de emprego formal de 2016 a 2017*, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	SALDO DE EMPREGO					Variação absoluta (b - a)
		Acumulado*		Maio		
	2016	2016 (a)	2017 (b)	2016	2017	
Total	-17.807	-13.052	-6.092	-196	782	6.960
Extrativa mineral	-97	-68	-120	13	-25	-52
Ind. de Transformação	-2.375	-789	-791	603	346	-2
Ind. de prod. minerais não metálicos	-1.031	-665	-386	-106	-121	279
Ind. metalúrgica	-376	-265	-327	16	23	-62
Ind. mecânica	305	-53	253	69	48	306
Ind. do material elétrico e de comunicações	-21	3	-22	-3	5	-25
Ind. do material de transporte	-31	-32	-60	-22	-9	-28
Ind. da madeira e do mobiliário	-250	-69	-49	-24	-3	20
Ind. do papel, papelão, editorial e gráfica	0	31	-60	19	-5	-91
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, outros	14	71	-5	16	-25	-76
Ind. química de prod. farm., vet.	-411	670	296	658	496	-374
Ind. têxtil do vestuário e tecidos	-118	-42	-21	-12	-2	21
Ind. de calçados	-1	0	-1	0	0	-1
Ind. de alimentos e bebidas	-455	-438	-409	-8	-61	29
SIUP ¹	-357	-398	76	-32	106	474
Construção civil	-12.208	-7.832	-2.059	45	318	5.773
Construção de edifícios	-4.638	-2.830	-632	-127	127	2.198
Obras de infraestrutura	-6.827	-4.016	-1.072	516	252	2.944
Serviços espec. para construção	-743	-986	-355	-344	-61	631
Comércio	-2.361	-3.652	-3.808	-922	-932	-156
Comércio varejista	-2.489	-3.336	-3.563	-727	-720	-227
Comércio atacadista	128	-316	-245	-195	-212	71
Serviços	-376	-294	482	-369	392	776
Inst. de crédito, seg.	-172	26	-29	14	41	-55
Com. e adm. de imóveis, valores	870	593	-54	49	-175	-647
Transportes e comunicações	-784	-526	225	-205	242	751
Alojamento, alimentação, etc.	-2.099	-1.486	-814	-431	218	672
Serv. médicos, odont. e vet.	2.085	978	439	200	22	-539
Ensino	-276	121	715	4	44	594
Administração pública	211	33	66	65	168	33
Agropecuária	-244	-52	62	401	409	114

Fonte: CAGED – MTE. *Saldo sem ajustes

- O subsetor Comércio, com 3,8 mil desligamentos líquidos, concentrou as demissões basicamente no segmento varejista (94%), com a eliminação de 1,3 mil postos de trabalho na atividade Comércio Varejista de Mercadorias em Geral em Supermercados e hipermercados. Segundo o Sindicato dos Promotores de Vendas do Maranhão, o supermercado Mateus está substituindo todos os seus funcionários repositores de prateleiras dos turnos vespertino e noturno, por mão de obra disponibilizada por fornecedores.

- No que se refere à Construção Civil (-2 mil), destaca-se o movimento de suavização nos desligamentos líquidos em relação ao mesmo período do ano anterior (-7,8 mil). O segmento Obras de Infraestrutura (-1 mil) representa aproximadamente 50% dos desligamentos líquidos do setor; e a Construção de Edifícios responde por 632 demissões líquidas.
- No que diz respeito ao setor Serviços, as atividades *Apoio à Gestão de Saúde* (+206) e *Educação Infantil – Pré escola* (+253) foram os segmentos que mais contribuíram para o desempenho positivo do setor no acumulado de 2017.

3.3.1 Municipal

No acumulado de 2017, as atividades relacionadas ao complexo sucroalcooleiro e aos Serviços foram os principais responsáveis pela criação de empregos formais no acumulado de 2017, em especial nos municípios Campestre do Maranhão e Paço do Lumiar, respectivamente. Em contraponto, os setores da Construção Civil e Comércio registraram as maiores demissões líquidas com predominância em São Luís e Imperatriz e Vila Nova dos Martírios

A **Tabela 22** apresenta a geração de empregos nos municípios maranhenses por setor de atividade no acumulado de janeiro a maio de 2017. Dentre os municípios que mais geraram empregos formais, estão: Campestre do Maranhão (+1 mil), Aldeias Altas (+655), Paço do Lumiar (+214) e Balsas (+197).

Tabela 22 - Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no 1º quadrimestre de 2017

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Total		-120	-791	76	-2.059	-3.808	482	66	62	-6.092
1º	Campestre do Maranhão	0	105	0	0	2	87	0	817	1.011
2º	Aldeias Altas	0	663	0	0	-5	0	0	-3	655
3º	Paco do Lumiar	0	7	16	26	-20	170	0	15	214
4º	Balsas	-15	3	0	-29	44	134	0	60	197
5º	Barra do Corda	0	15	0	-51	42	51	0	66	123
6º	Buriti Bravo	0	-1	0	43	-7	4	0	29	68
7º	Loreto	0	1	0	0	-1	0	0	62	62
8º	Peritoró	0	0	0	29	5	2	0	-6	30
9º	Fernando Falcão	0	0	0	0	0	0	0	26	26
10º	Santo Antônio dos Lopes	0	0	5	-1	18	3	0	0	25
208º	Santa Inês	0	-10	1	-121	-20	-2	0	0	-152
209º	Codó	-29	-106	0	-6	10	-50	0	22	-159
210º	Caxias	0	-26	0	-116	-77	-12	0	-12	-243
211º	São Raimundo das Mangabeiras	0	-473	0	-1	10	7	0	169	-288
212º	Coelho Neto	0	-205	0	0	10	0	0	-108	-303
213º	Bacabeira	2	-30	0	-300	-10	5	0	0	-333
214º	Vila Nova dos Martírios	0	6	0	-612	2	4	0	-27	-627
215º	Imperatriz	-4	-89	0	44	-954	21	-8	14	-976
216º	Açailândia	0	-411	1	-85	-162	-53	0	-723	-1.433
217º	São Luís	-16	-34	80	-506	-2.239	98	75	-17	-2.559

Fonte MTE *Acumulado de Janeiro a abril, com ajustes até março

- As atividades ligadas à produção de etanol contribuíram expressivamente para a geração de empregos formais em Campestre do Maranhão e Aldeias Altas. No primeiro caso, o bom

desempenho no setor Agropecuário pauta-se no segmento *Cultivo de Cana-de-Açúcar* (+823). Já em Aldeias Altas, a criação de emprego formal foi mais expressiva na Indústria de Transformação, em especial na atividade *Fabricação de álcool* (+663). Vale destacar que, somente em maio de 2017, as referidas atividades dos municípios mencionados registraram contratação líquida de 729 e 631 trabalhadores formais, respectivamente.

- Entre janeiro a maio de 2017, o setor de Serviços também foi preponderante na criação de emprego formal, em especial, nos municípios Paço do Lumiar e Balsas, com predominância nos segmentos *Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais* (+165) e *Educação Infantil - Pré-Escola* (+76), respectivamente.

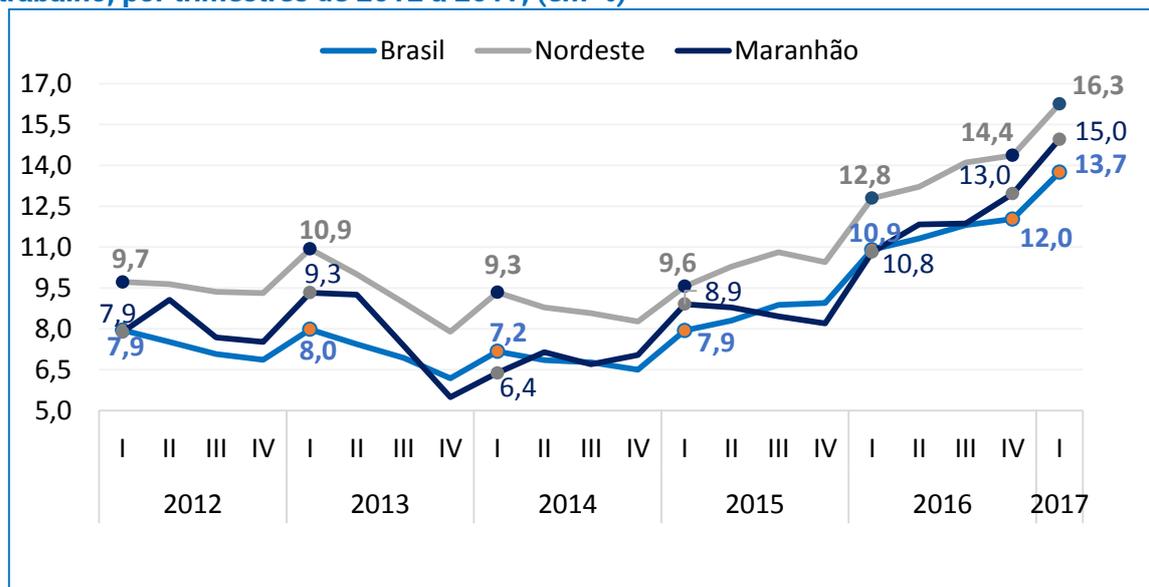
No outro extremo da **Tabela 22**, com maiores saldos negativos, destacam-se os municípios São Luís (-2,6 mil), Açailândia (-1,4 mil), Imperatriz (-976) e Vila Nova dos Martírios (-627).

- Em São Luís e Imperatriz as demissões líquidas foram mais expressivas no setor Comércio, que demitiu liquidamente 2,3 mil e 954 trabalhadores, respectivamente. Os segmentos ligados ao varejo registraram os maiores saldos negativos: *Hipermercados e Supermercados* (-746; -149) e *Artigos do Vestuário e Acessórios* (-313; -117) e *Produtos Farmacêuticos para Uso Humano e Veterinário* (-184; -53). Em contraponto, vale ressaltar que, em maio de 2017, São Luís foi destaque com criação de 450 empregos formais, provenientes dos setores Construção Civil (+330) e Serviços (+258), em especial nas atividades de *Vigilância e Segurança Privada* (+250) e *Montagem de Instalações Industriais e de Estruturas Metálicas* (+156), respectivamente.
- Em Açailândia, os setores Agropecuária e Indústria de Transformação foram os que registraram maior saldo negativo no acumulado do ano, sendo mais expressivo nos segmentos de *Apoio à Produção Florestal* (-651) e *Produção de Ferrogusa* (-360).
- Já em Vila Nova dos Martírios e Bacabeira, o setor da Construção Civil foi o principal responsável pelos desligamentos líquidos, sendo mais expressivos nas atividades *Construção de Obras de Arte Especiais* (-612) e *Construção de Rodovias e Ferrovias* (-285), respectivamente.

Taxa de desocupação do Maranhão registra alta pelo quinto trimestre consecutivo, alcançando o recorde (15,0%) da série iniciada em 2012. Agropecuária segue como subsetor, que concentra a maioria dos desocupados no período

- Os dados da PNADc/IBGE para o Estado do Maranhão, relativos ao 1º trimestre de 2017, mostram a continuidade da elevação da desocupação no Estado, que atingiu o patamar de 15,0% no período, com um incremento de 4,1 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2016, e de 2,0 p.p em relação ao indicador do quarto trimestre de 2016.
- Observa-se a mesma tendência no plano nacional (13,7%) e na Região Nordeste (16,3%), cujas taxas de desocupação subiram 2,8 e 3,5 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2016, respectivamente.

Gráfico 14 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2017, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O primeiro trimestre de 2017 marca queda de 9% do número de ocupados no Maranhão, em relação ao mesmo período de 2016, com predominância no grupamento Agropecuária

No Maranhão foram registrados cerca de 2,3 milhões de ocupados no primeiro trimestre de 2017, apontando para uma diminuição de 231 mil ocupados (-9,0%) em relação ao mesmo trimestre de 2016, sendo que 196 mil foram registrados somente no setor Agropecuário (-29,1%) e 32 mil na Construção (-12,9%).

- No setor Agropecuário, dentre os 196 mil trabalhadores que perderam suas ocupações em 2017, 107 mil ou 55% se encontravam nas atividades de cultivo de Mandioca (-76,9 mil) e cultivo de Arroz (-30,3 mil). No entanto, quando comparado o resultado ao quarto trimestre de 2016, o setor registrou ampliação de 1,7 mil ocupações (crescimento de 0,3%), com destaques para as atividades de cultivo de Arroz (+11,9 mil) e de apoio à pecuária (+4,8 mil). Apesar do crescimento ser pouco representativo, acredita-se em uma recuperação do setor ao longo do ano, em virtude da regularidade das chuvas e o otimismo dos produtores agrícolas maranhenses.
- A redução de ocupados na Construção (-32 mil) está concentrada no segmento de Construção de edifícios (-32,6 mil), que é afetada diretamente pela elevação dos custos do setor e a redução na procura por imóveis novos aliados à redução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa, Minha Vida (MCMV), e, também, da iniciativa privada (edifícios residenciais e comerciais).
- Em contraponto, o Comércio (+4,8%) e alguns segmentos dos Serviços foram destaques em termos de crescimento do número de ocupados no Estado em relação ao mesmo período de 2016, em especial nos grupamentos Alojamento e alimentação (+28,9%) e Informação, comunicação atividades financeiras, imobiliárias e administrativas (+3,0%).

Tabela 23 - Número de ocupados, segundo os Grupos de Atividade, de 2012 a 2017 no Maranhão, em mil pessoas, Variação Absoluta, Taxa de crescimento e participação (%)

Grupos de Atividade	2014	2015	2016	1º trimestre		Var. Absoluta (b-a)	Tx Cresc 17/16	Partic. 2016 (%)	Partic. 2017 (%)
				2016 (a)	2017 (b)				
Total	2.627	2.630	2.364	2.572	2.341	-231	-9,0	100,0	100,0
Agropecuária	658	676	477	673	477	-196	-29,1	26,2	20,4
Indústria	178	156	145	149	141	-8	-5,4	5,8	6,0
Indústria de transformação	146	126	116	126	112	-14	-11,1	4,9	4,8
Construção	256	269	237	249	217	-32	-12,9	9,7	9,3
Comércio, reparação de veículos	548	533	547	524	549	25	4,8	20,4	23,5
Serviços e Administração pública	985	994	958	976	956	-20	-2,0	37,9	40,8
Transporte, armazenagem e correio	92	91	93	103	97	-6	-5,8	4,0	4,1
Alojamento e alimentação	86	103	119	97	125	28	28,9	3,8	5,3
Informação, comunic., ativ. financeiras, imob. e administrativas	122	104	92	100	103	3	3,0	3,9	4,4
Outros serviços	86	97	97	99	97	-2	-2,0	3,8	4,1
Serviços domésticos	159	159	148	157	144	-13	-8,3	6,1	6,2
Administração pública, educação e saúde	440	440	409	420	390	-30	-7,1	16,3	16,7
Atividades mal definidas	1	1	0	0	0	0	-	0,0	0,0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

A Tabela 24 ilustra a distribuição do número de ocupados, segundo a posição na ocupação e categorias de emprego no Maranhão e no Brasil. Conforme se verifica, há um comportamento de queda no emprego celetista mais acentuado no plano nacional do que no estadual, comparando-se o primeiro trimestre de 2017 ao último trimestre de 2016. No Maranhão, os segmentos dos trabalhadores na condição de conta própria (-51 mil) e dos empregados e servidores públicos (-16 mil) foram os que registraram maior queda na comparação com o quarto trimestre de 2016. Em contraponto, os grupos que mais registraram aumento do número de ocupação foram principalmente os trabalhadores na condição sem carteira (+26 mil) e trabalhador auxiliar familiar (+13 mil).

Tabela 24 - Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2014 a 2017*- MA e BR

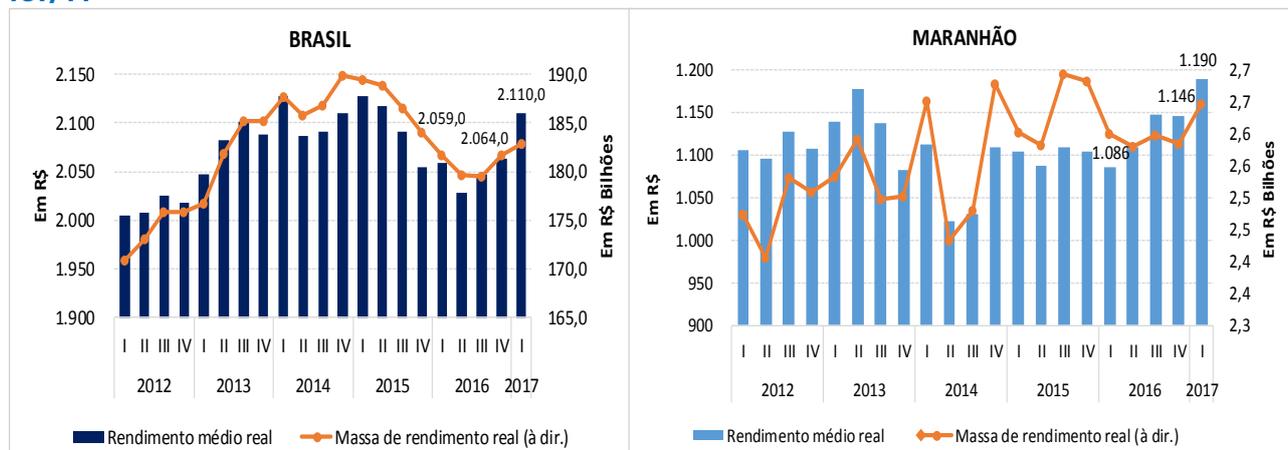
Posição na ocupação - Brasil	2014	2015	2016		2017	V. abs. (b-a)	
			1º tri	4º tri (a)	1º tri (b)		
Total da ocupação (Em mil)	92.875	92.245	90.639	90.262	88.947	-1.315	
Porcentagem (%)	Empregados c/ CLT privados	38.427	37.491	36.801	35.951	35.315	-636
	Empregados e Servidores públicos	11.607	11.324	10.975	11.250	10.872	-378
	Trabalhadores s/ Carteira	14.545	14.226	13.771	14.679	14.330	-349
	Conta Própria	21.765	22.913	23.187	22.129	22.112	-17
	Trabalhador Aux. Familiar	2.591	2.336	2.180	2.107	2.190	83
	Empregadores	3.941	3.956	3.725	4.146	4.128	-18
Posição na ocupação - Maranhão	2014	2015	1º tri	4º tri (a)	1º tri (b)	V. abs. (b-a)	
Total da ocupação (Em mil)	2.627	2.630	2.572	2.364	2.341	-23	
Porcentagem (%)	Empregados c/ CLT privados	504	450	432	425	423	-2
	Empregados e Servidores públicos	385	377	354	341	325	-16
	Trabalhadores s/ Carteira	466	497	505	503	529	26
	Conta Própria	1.073	1.128	1.095	931	880	-51
	Trabalhador Aux. Familiar	153	141	142	108	115	7
	Empregadores	47	37	42	56	69	13

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

No tocante ao grupo dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no Maranhão, a abertura dos microdados mostra que o crescimento do indicador se deve ao deslocamento de uma parcela dos trabalhadores por conta própria do setor agropecuário (-27,4 mil), principalmente das atividades de apoio à pecuária (-8,1 mil) e cultivo de mandioca (-6,6 mil), para o trabalho assalariado sem carteira (+13,2 mil, +3,5 mil, respectivamente). Destaca-se também um aumento de trabalhadores sem carteira assinada na Construção Civil, em especial nos segmentos Construção de edifícios (+2,1 mil) e Serviços especializados para construção (+1,2 mil). Por outro lado, registrou-se expressiva redução dos conta-própria nas atividades Construção de edifícios (-25,3 mil) e Construção de obras de infraestrutura (-2 mil).

Em relação aos rendimentos reais da população ocupada, no Maranhão houve aumento de 9,6% no primeiro trimestre de 2017, um crescimento mais expressivo do que o observado no plano nacional (+2,5%). Já a massa de rendimentos reais da população ocupada registrou aumento de 1,8% no Estado, ritmo de crescimento superior ao observado no país (+0,7%), utilizando-se a mesma base de comparação.

Gráfico 15 - Rendimento Médio Real (Em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): Brasil e Maranhão - 1º tri/2012 a 1º tri/2017, inflacionados pelo IPCA a preços de fev/17



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Depreende-se que a taxa de desocupação maranhense deve continuar em trajetória ascendente em 2017, embora em menor ritmo. Em relação à Agropecuária, setor com maior deterioração no quantitativo de ocupados, o fim da estiagem deve contribuir positivamente para o aumento da ocupação, enquanto que os impactos provenientes dos focos de queimadas devem comprometer parcialmente a produtividade do solo. A combinação de tais fatores deve influenciar uma retomada gradual na inserção de pessoas ocupadas na agropecuária, em tal medida que atenua a queda na ocupação no Estado, que deverá ser mais severa no grupamento comércio. No que se refere ao saldo de emprego formal no Maranhão, entende-se que o indicador fechará o ano com atenuação em relação a 2016, conforme já se observa no acumulado dos cinco primeiros meses do ano.

3.4 Finanças Públicas Receitas Estaduais

Crescimento das Transferências Correntes não foi suficiente para compensar o recuo no ICMS e na Receita de Capital e a Arrecadação Total encerra primeiro quadrimestre de 2017 com recuo real de 0,6%

No primeiro quadrimestre de 2017, a Receita arrecadada no Maranhão totalizou R\$ 5,28 bilhões contra R\$ 5,31 bilhões no mesmo período do ano passado, decréscimo real de 0,6%. Essa variação é explicada principalmente pelo desempenho negativo da arrecadação do ICMS (R\$ -73,8 milhões), da Receita de Capital (R\$ -162,3 milhões), da Receita Intra-Orçamentária (R\$ -21,0 milhões), assim como o aumento da Dedução da Receita (R\$ -16,3 milhões). Por outro lado, observou-se uma variação real das Transferências Correntes (R\$ +180,3 milhões), que não foi suficiente para compensar as perdas registradas.

Tabela 25 - Receitas do Estado do Maranhão de 2016*, 2017* e acumulado do ano de 2016 e 2017 encerrados em abril (Valores Constantes em R\$ Milhão)

DESCRIÇÃO	Acumulado do ano		Acumulado 12 meses		Crescimento (%)		Variação Absoluta	
	2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	(b / a)	(d / c)	(b / a)	(d / c)
RECEITA TOTAL	5.313,4	5.281,3	15.755,0	16.757,0	-0,6	6,4	-32,1	1.002,0
Receitas Correntes	5.591,4	5.758,9	16.334,3	17.799,7	3,0	9,0	167,5	1.465,4
Receita Tributária	2.366,9	2.379,7	6.973,0	7.328,4	0,5	5,1	12,7	355,3
ICMS	1.944,6	1.870,9	5.661,7	6.038,7	-3,8	6,7	-73,8	377,0
IPVA	208,1	225,1	353,4	329,1	8,2	-6,9	17,0	-24,2
IR	103,3	165,1	681,8	650,1	59,7	-4,7	61,7	-31,8
TAXAS	107,3	115,2	257,5	295,3	7,4	14,7	7,9	37,8
Outras Receitas Correntes	3,6	3,5	18,7	15,2	-2,4	-18,8	-0,1	-3,5
Receita de Contribuições	196,0	162,0	627,0	553,4	-17,4	-11,7	-34,0	-73,5
Receita de Serviços	87,1	86,8	289,2	272,6	-0,4	-5,7	-0,3	-16,6
Receita Patrimonial	139,1	111,0	400,0	357,1	-20,2	-10,7	-28,1	-42,8
Transferências Correntes	2.726,8	2.907,0	7.812,7	8.942,5	6,6	14,5	180,3	1.129,7
FPE	2.014,4	2.134,9	5.893,9	6.589,4	6,0	11,8	120,5	695,5
Saúde - Fundo à fundo	118,3	148,8	356,5	446,7	25,8	25,3	30,5	90,2
Fundeb	492,2	509,6	1.258,3	1.425,1	3,5	13,3	17,4	166,8
Outras Receitas Correntes	75,5	112,5	45,0	48,9	48,9	8,7	36,9	3,9
Rec. Intra-Orçamentária	210,5	189,5	650,0	583,1	-10,0	-10,3	-21,0	-66,9
Receita de Capital	222,3	60,1	831,1	626,4	-73,0	-24,6	-162,3	-204,8
Operações de Crédito	108,1	42,1	703,1	512,0	-61,1	-27,2	-66,0	-191,1
Outras Receitas de Capital	77,8	12,4	77,8	46,3	-84,1	-40,5	-65,5	-31,6
Deduções da Receita	-710,8	-727,2	-2.060,5	-2.252,2	2,3	9,3	-16,3	-191,7

Fonte: Seplan/MA. Obs.: Todas as fontes

No acumulado de 12 meses, todavia, houve crescimento real de 6,4%, influenciado pelos desempenhos positivos do ICMS (+6,7%) e das Transferências Correntes (14,5%), estas últimas contabilizando os recursos advindos do Programa de repatriação do Imposto de Renda.

A Tabela 26 a seguir, mostra o desempenho do ICMS por setor de atividade, nota-se que a maior redução no primeiro quadrimestre se deu no Setor Secundário (R\$ -69,4 milhões),

concentrado basicamente em combustíveis, efeito da redução do preço médio da gasolina ao consumidor (-0,83%) e às distribuidoras (-3,14%) como também da apreciação da taxa câmbio (+15,9%). Com a expectativa de elevação do dólar e o efeito esperado do aumento da alíquota sobre combustíveis, que deve surtir efeito a partir de julho, espera-se uma reversão desse quadro e aumento na arrecadação do setor para o ano.

- Todos os grupos de atividade do Setor Primário registraram crescimento real, tanto no acumulado do ano (+76,2%) como no acumulado dos últimos 12 meses (117,5%). No primeiro quadrimestre, os destaques foram : Produção Florestal mais especificamente *Cultivo de espécies madeireiras exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca* (R\$ +3,3 milhões) e *Cultivo de Eucalipto* (R\$ +2,5 bilhões), que iniciaram a colheita no mês de março; Pesca e Aquicultura concentrado nos segmentos de *Criação de camarões na água doce* (R\$+ 19,8 milhões), que pode ser atribuído ao aumento da produção decorrente dos investimento do Programa Mais Produção na cadeia da carcinicultura ; e *Criação de peixes em água salgada e salobra* (R\$ +439,8 milhões).

Tabela 26 - Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica: valores em R\$ milhões, Part. %, crescimento e variação absoluta – 2016* e 2017*

SETOR ECON.	GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Acumulado do ano		Acumulado 12 meses		Participação (%)				Cresc (%)		Var. abs. (R\$ mi.)	
		2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2016*	2017*	(c)	(d)	(b / a)	(d / c)	(b / a)	(d / c)
PRIMÁRIO	Agricultura	1,3	2,6	4,9	6,5	0,1	0,1	0,1	0,1	99,7	32,9	1,3	1,6
	Pecuária	8,1	11,6	14,5	31,9	0,4	0,6	0,3	0,5	44,4	119,0	3,6	17,3
	Pesca e aquicultura	0,1	0,3	0,3	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	148,9	77,1	0,2	0,3
	Produção florestal	0,6	3,2	2,0	8,4	0,0	0,2	0,0	0,1	454,0	323,3	2,6	6,4
	Primário	10,1	17,7	21,8	47,3	0,5	0,9	0,4	0,8	76,2	117,5	7,7	25,6
SECUNDÁRIO	Combustível	527,1	458,8	1.577,7	836,1	27,1	24,5	27,9	13,8	-13,0	-47,0	-68,4	-741,6
	Energia elétrica	17,1	2,6	29,3	13,2	0,9	0,1	0,5	0,2	-84,5	-55,0	-14,4	-16,1
	Ind. de transformação	250,0	264,7	767,9	786,2	12,9	14,1	13,6	13,0	5,9	2,4	14,7	18,3
	Indústria extrativista	4,2	2,6	14,3	10,7	0,2	0,1	0,3	0,2	-36,5	-25,6	-1,5	-3,7
	Indústrias - outras	0,1	0,4	0,4	0,8	0,01	0,02	0,0	0,0	189,4	86,2	0,2	0,4
	Secundário	798,5	729,1	2.389,6	1.646,9	41,1	39,0	42,2	27,3	-8,7	-31,1	-69,4	-742,7
TERCIÁRIO	Combustível	120,6	61,4	242,1	1.098,1	6,2	3,3	4,3	18,2	-49,1	353,5	-59,2	856,0
	Comércio atacadista	289,6	330,9	858,8	991,9	14,9	17,7	15,2	16,4	14,2	15,5	41,2	133,1
	Comércio varejista	264,0	302,3	773,8	849,4	13,6	16,2	13,7	14,1	14,5	9,8	38,3	75,5
	Energia elétrica	194,8	180,5	583,2	545,3	10,0	9,6	10,3	9,0	-7,3	-6,5	-14,3	-37,9
	Outros serviços	20,0	23,2	59,9	68,0	1,0	1,2	1,1	1,1	16,1	13,5	3,2	8,1
	Serv. de comunicação	154,4	140,7	482,0	442,8	7,9	7,5	8,5	7,3	-8,9	-8,1	-13,7	-39,2
	Serviços de transporte	70,7	74,9	176,9	228,2	3,6	4,0	3,1	3,8	5,8	29,0	4,1	51,3
	Terciário	1.114,1	1.113,7	3.176,8	4.223,8	57,3	59,5	56,1	69,9	-0,04	33,0	-0,4	1.046,9
	Não classificados	22,0	10,3	73,5	120,7	1,1	0,6	1,3	2,0	-53,1	64,3	-11,7	47,2
ICMS TOTAL	1.944,6	1.870,9	5.661,7	6.038,7	100,0	100,0	100,0	100,0	-3,8	6,7	-73,8	377,0	

Fonte: SEFAZ/MA; Seplan/MA *Acumulado do ano e acumulado de 12 meses

- No setor terciário, que registrou decréscimo real de 0,04% (R\$ -403,5 milhões) no acumulado do ano, o destaque também fica com a queda do arrecadado com o grupo de atividade

Combustível, mais especificamente os segmentos de *Comércio atacadista de combustíveis, realizado por transportador retalhista (TRR)* (R\$ -567,1 milhões); *Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos* (R\$ -1,7 milhões) e *Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural* (R\$ -49,3 milhões).

No que se refere às Transferências Correntes, o Governo do Estado alcançou a cifra de R\$ 2,9 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, elevação real de 6,6% em relação ao mesmo período de 2016. As maiores variações absolutas foram registradas no FPE (R\$ +120,5 milhões), Saúde – fundo a fundo (R\$ +30,5 milhões) e Fundeb (R\$ +17,4 milhões).

A redução nas Receitas de Capital se deu devido à redução das parcelas da operação de crédito junto ao BNDES pela redução dos depósitos judiciais. As Receitas Intra-Orçamentárias, que são destinadas ao custeio do regime próprio de previdência, juntamente com as Receitas de Contribuições, registraram decréscimo real de 10% no primeiro quadrimestre de 2017, relativamente ao primeiro quadrimestre de 2016.

Até a divulgação da delação premiada da JBS, a expectativa para as transferências para o ano de 2017 era de estabilidade, em relação ao desempenho do ano passado. Todavia, com a conturbação do cenário político, conta-se com um adiamento dos repasses oriundos de nova rodada do programa de repatriação, que estavam estimados em R\$ 195 milhões, sem contar os recursos advindos das multas. A frustração total das transferências federais para o estado do Maranhão pode atingir R\$ 1 bilhão, nos anos de 2017 e 2018.

As previsões para arrecadação de ICMS, segunda maior fonte de receita do Governo, é de R\$ 6,3 bilhões em 2017 e de R\$ 6,7 bilhões em 2018, considerando a expectativa da desvalorização cambial que poderá ter efeito positivo sobre a arrecadação de derivados de petróleo e a estimativa de crescimento da economia estadual de 2,2% em 2017 e de 1,6% em 2018. É importante destacar a forte base de comparação do ano de 2016, em que a arrecadação de ICMS atingiu o patamar de R\$ 5,9 bilhões e registrou um crescimento nominal de 16,5% em relação a 2015.

Despesas

[Redução dos gastos com a Dívida Pública suavizam a trajetória de crescimento das Despesas do Governo do Maranhão](#)

A Despesa Total do Governo do Maranhão alcançou R\$ 4,7 bilhões no primeiro quadrimestre de 2017, crescimento real de 3,5% (R\$ +158,8 milhões) contra mesmo período do ano anterior. Esse montante reflete a elevação das Despesas de Capital, principalmente inversões financeiras¹¹ (R\$ +105,4 milhões) e gastos com Investimentos (R\$ +66,6 milhões). Os gastos com Obras e Instalações, rubrica de maior volume dentre os Investimentos, registrou variação positiva de 30,3% (R\$ +79 milhões) ([Tabela 27](#)).

¹¹ Grupo de natureza da despesa que abrange os gastos com: aquisição de imóveis em utilização, aquisição de bens para revenda, aquisição de títulos de crédito de títulos representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas concessão de empréstimos, entre outros (SOF, 2017).

A despesa com Pessoal, principal rubrica da despesa do Governo, registrou crescimento real de 2% (R\$ +38,8 milhões) no primeiro quadrimestre de 2017, pressionado principalmente pelos gastos com pessoal civil (R\$ 31,3 milhões).

Na contramão desses resultados, os gastos com o serviço da dívida registraram queda de 13,1% (R\$ -67,6 milhões) no acumulado do ano, influenciada pela valorização cambial. Mas, as expectativas para o ano são de desvalorização do real frente ao dólar, o que pode pressionar os gastos com a Dívida.

O Maranhão não está entre os 21 Estados da Federação que aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF aos Estados (decreto 9.056/17), que impõe um teto de crescimento dos gastos que sanciona a suspensão do pagamento da dívida com a União por três anos, assinado no mês de maio de 2017. O decreto também prevê o congelamento de salários dos servidores e restrição à realização de concursos e à criação de cargos. A não adesão ao RRF se deu em razão do bom desempenho dos indicadores fiscais do Estado, mesmo em meio a um cenário de insolvência enfrentado por outras Unidades da Federação. O satisfatório desempenho dos indicadores fiscais permitiu ainda a reavaliação das notas do desempenho da economia do Maranhão pela agência de risco *Ficht Ratings*, que foi elevada de A+ para AA-.

Tabela 27 - Despesas por Grupos de Natureza a Valores Constantes (R\$ Mi) e Cresc. (%) – 2016*, 2017* e acumulado de 2016 e 2017 encerrados em abril

DESCRIÇÃO	Acumulado do ano		Acumulado 12 meses		Crescimento (%)		Var. Absoluta	
	2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	(b) / (a)	(d) / (c)	(b) / (a)	(d) / (c)
DESPESA TOTAL	4.566,8	4.725,6	14.478,3	14.371,7	3,5	-0,7	158,8	-106,6
Despesas Correntes	3.915,9	3.917,7	12.683,7	12.569,6	0,0	-0,9	1,8	-114,1
Pessoal e Encargos Sociais	1.932,2	1.971,0	6.750,2	6.599,0	2,0	-2,2	38,8	-151,2
Juros e Encargos da Dívida	200,2	147,5	431,6	352,8	-26,3	-18,3	-52,7	-78,8
Outras Despesas Correntes	1.783,5	1.799,2	5.501,9	5.617,8	0,9	2,1	15,6	115,9
Despesas de Capital	650,9	807,9	1.794,6	1.802,1	24,1	0,4	157,0	7,5
Investimentos	336,0	402,6	1.181,5	1.128,3	19,8	-4,5	66,6	-53,2
Inversões Financeiras	0,0	105,4	1,1	118,1	0,0	--	105,4	117,0
Serviço da Dívida	515,1	447,4	1.043,6	908,4	-13,1	-12,9	-67,6	-135,1

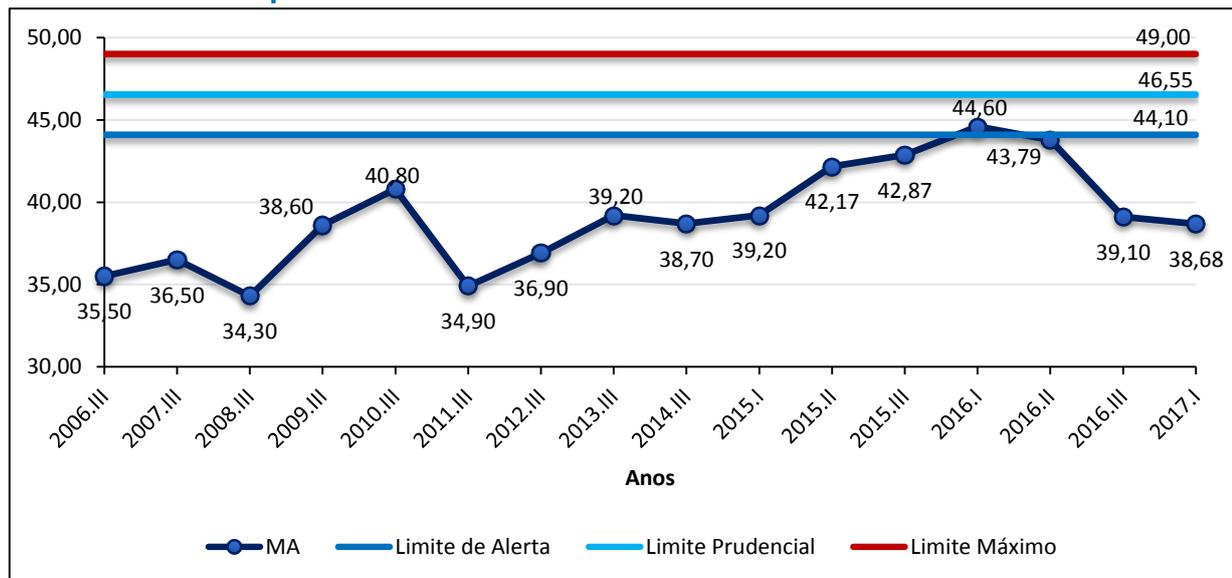
Fonte: Seplan/MA 1. Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida

Responsabilidade Fiscal

Bom desempenho do ICMS e do FPE contribuem para a redução da relação DTP/RCL, mesmo com aumento da despesa bruta com pessoal

No primeiro quadrimestre do ano, a relação DTP/RCL do Estado ficou em 38,68%, recuo de 5,9 p.p frente a mesmo período do ano anterior devido ao bom desempenho das Receitas Correntes Líquidas - RCL, que cresceram no patamar de 19,1% (**Gráfico 16**). A evolução da RCL nos primeiros meses de 2017 é resultado da boa atuação da arrecadação de ICMS (+6,7%) e do FPE (+11,8%), no acumulado dos últimos doze meses.

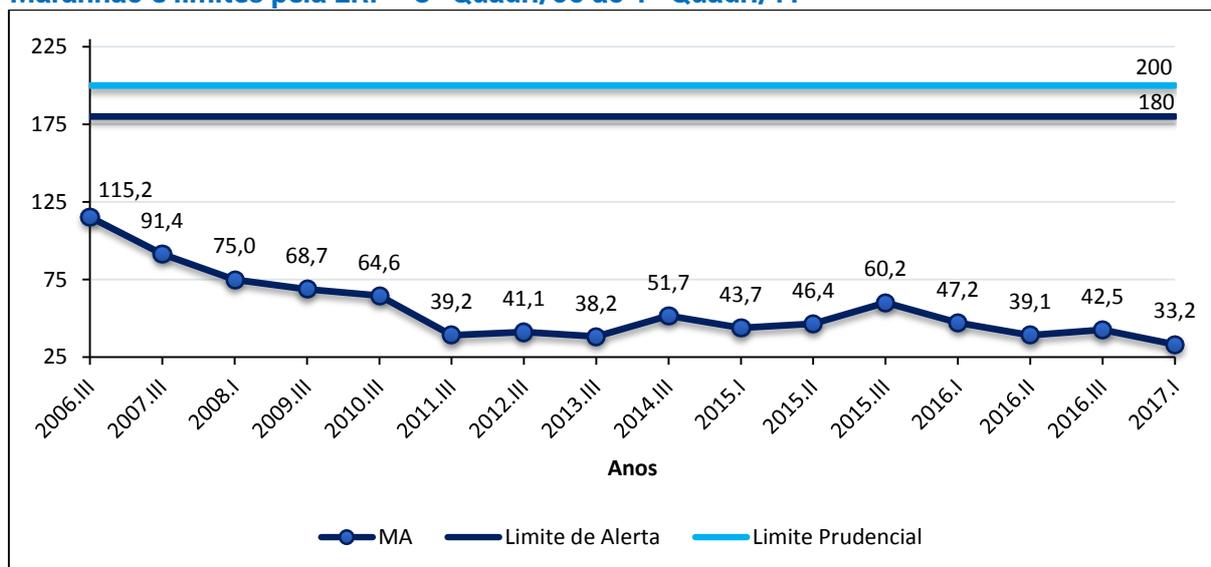
Gráfico 16 - Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - Maranhão e limites pela LRF - 3º Quadri/06 ao 1º Quadri/17



Fonte: STN

No tocante aos dados de endividamento, nota-se que a relação Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) alcançou patamar de 33,2%, no melhor que o registrado no último quadrimestre de 2016 quando a relação DCL/RCL ficou em 42,5%, embora os gastos com pessoal tenham registrado crescimento nominal de 7,5% no acumulado de 12 meses encerrados em abril de 2017 (**Gráfico 17**).

Gráfico 17 - Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - Maranhão e limites pela LRF - 3º Quadri/06 ao 1º Quadri/17

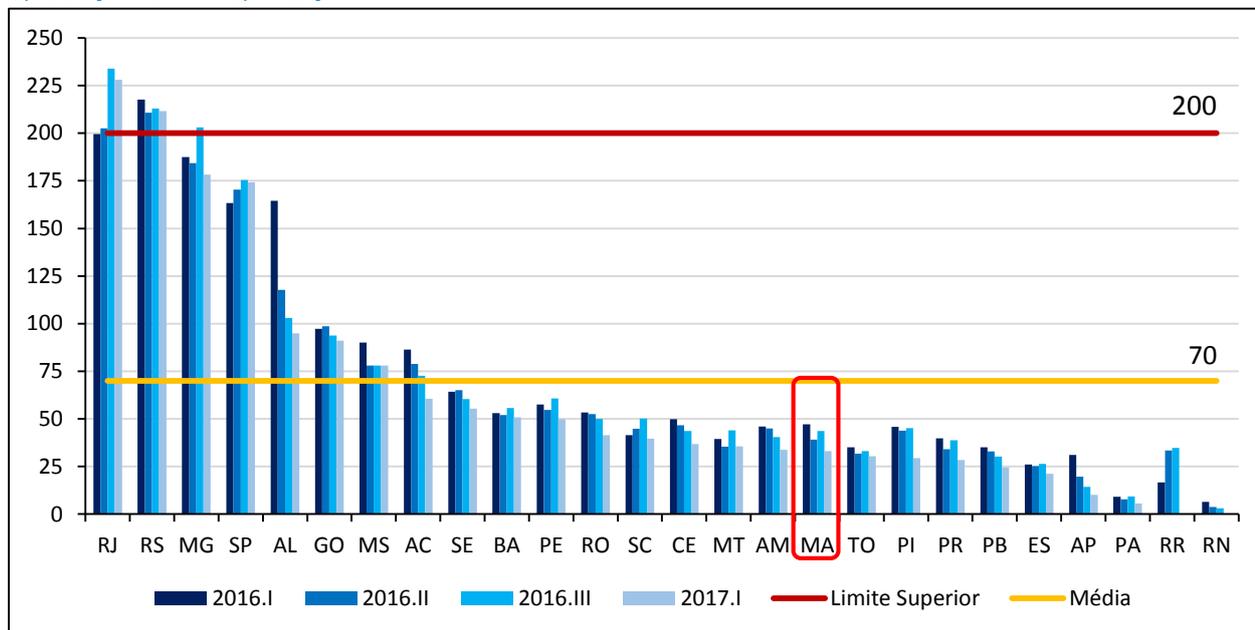


Fonte: STN

O Maranhão apresentou a 3ª menor relação Dívida Consolidada Líquida sobre Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) e a 8ª menor do país, dentre aqueles que apresentaram prestação de contas no primeiro quadrimestre do ano (**Gráfico 18**). No fim do ano passado o Estado ocupou a

11ª colocação. O Maranhão apresentou percentual de 33,16%, bem abaixo do limite superior estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (200%) e da média de endividamento do total dos entes da federação (70%).

Gráfico 18 - Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %) - UFs - 1º Quadri/16 ao 1º Quadri/17



Fonte: STN

O desequilíbrio que persiste nas finanças públicas na esfera nacional e suas implicações sobre Estados e municípios, via diminuição das transferências federais, enfatiza a estratégia de fortalecimento da arrecadação de receitas próprias, observada a partir do primeiro semestre de 2016 e que permitiu ao Estado encerrar este ano com os indicadores de responsabilidade fiscal abaixo dos limites estabelecidos, enquanto outros entes da federação tiveram esses indicadores comprometidos.